

Diálogos

Direitos Humanos subjetividade e inclusão



**Marcus Vinícius
de Oliveira,
profissão
e política
como vocação**

**Pai PJ
Reincidência zero
fora do manicômio**

**Outro foco nos
laudos técnicos**

**Crianças violentadas:
como cuidar?**

**Edna Roland,
uma psicóloga
brasileira
que esteve
em Durban**

EDITORES RESPONSÁVEIS

Francisco José Machado Viana (XII Plenário)
Monalisa Barros (XIII Plenário)
Marcus Ribeiro Ferreira (Convidado)

CONSELHO EDITORIAL

Bellkiss Wilma Romano (SP)
Darcy Cesario Franca (PA)
Ériko Netto de Lima (GO)
Fernanda Ottoni de Barros (MG)
Henrique Figueiredo Carneiro (CE)
Luiz Ivan Araújo Corrêa (PE)
Margarida Maria Elia Assad (PB)
Neuza M. F. Guareschi (RS) - Coordenadora das entrevistas
Rosane Lorena Granzotto (SC)
Rosemary Achcar (DF)
Terezinha Féres-Carneiro (RJ)
Tonio Dorrenbach Luna (PR)

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Monica Torres Maia
R.P. 16.500-RJ
A&M Comunicação

ARTE

Rosane Garcia
Editora Massapê - Assessoria
e Projetos Especiais

CHARGE, TIRA E ILUSTRAÇÕES
Pablo Alejandro e Rosane Garcia**FOTOS**

Walter Firmo (capa)
William Dias
Luiz Alves

REVISÃO

Maria Inez Dorça da Silva

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Posigraf

Março/2005

TIRAGEM

150 mil exemplares

Esta revista é produzida
pelo Sistema Conselhos
de Psicologia,
composto pelos
16 Conselhos Regionais
de Psicologia
(ver 3^a capa)
e pelo
Conselho Federal
de Psicologia (CFP)

SRTVN, Quadra 702,
Edifício Brasília Rádio Center,
4º andar, Conjunto 4024-A
CEP 70719-900
Tel: 61 429-0100
Fax: 61 328-1728

E-mail: revistadialogos@pol.org.br
Distribuição gratuita aos psicólogos
inscritos nos CRPs
Versão on line no site
www.pol.org.br



Diálogos

www.pol.org.br

Ano 2 - nº 2 - março/2005

índice

Repercussão e Cartas	4
Opinião	
Ciência e profissão, tijolo por tijolo	5
	
Entrevista	6
Marcus Vinícius de Oliveira	
Sofrimento mental	12
... além dos laudos técnicos	
Linhos de fuga	
Dissertando (I)	16
A psicologia no sistema penitenciário	
	
Coluna do Psicólogo	18
Um trabalho inédito com travestis	
Cara a Cara	20
Visões das práticas:	
Cecília Coimbra X Roseana Cunha	
Reportagem	24
Pai PJ - Fazendo a diferença	
Mapa dos Direitos Humanos	30
Conselhos Regionais em ação	
	
Resenhas	32
Mosaico da violência	
Invertendo a rota...	
Dissertando (II)	36
Caminhos da pesquisa e de análise	
	
Analizando	39
“Bicho de Sete Cabeças”	
	
Entrevista	40
Edna Roland	
Artigos	46
Direitos e direitismos	
Uma história de vida	
Descuidos com crianças	
Sujeitos em cena	
Prosa, Contos, Versos	58
O menino sem lugar	

repercussão

O número da **DIÁLOGOS** sobre psicoterapia mobilizou diversas parcelas da comunidade dos psicólogos e foi importante para a recém-fundada Abrap. Além de trazer artigos de interesse geral para os clínicos - sobre abandono do tratamento e sobre clínica familiar em esquizofrenia, por exemplo - a revista deu ênfase a uma visão geral do que se passa no campo da psicoterapia, nacional e internacionalmente. Matérias como a que abordou a imagem pública dos psicólogos ou as regulamentações da psicoterapia em curso em outros países. A **DIÁLOGOS** expôs ainda o debate entre Carlos Drawin e Simone Neno sobre eficácia psicoterápica e a entrevista com Luiz Alberto Hanns sobre os problemas e perigos envolvidos nas regulamentações da profissão. O artigo de Ana Maria Serra focou aspectos gerais da psicoterapia, indicando também a urgência de se ultrapassar a tradicional atomização e falta de diálogo entre as linhas psicoterápicas, neste momento em que a sociedade coloca exigências e desafios complexos para os psicoterapeutas. A Abrap é uma entidade supra-abordagens que busca agregar pesquisadores e clínicos das mais variadas filiações teóricas interessados em discutir os interesses e as tendências do campo da psicoterapia. E os temas tratados no primeiro número da **DIÁLOGOS** despertaram especial interesse não só entre os associados, mas também em estudantes que tem procurado a Abrap à procura de informações e palestras.

Associação Brasileira de Psicoterapia



cartas

Parabéns a revista **Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS** por esse "leque" de publicações e matérias que tanto nos informa, fazendo-nos envolvidos e compromissados cada vez mais com a psicologia. Diante dessa nova roupagem já estou na expectativa de ler as próximas temáticas que a **DIÁLOGOS** trará em foco.

Walberto Alex de Paiva Bronzeado

"Gostaria de parabenizar os editores e os colaboradores desta nova revista, que vem informar e enriquecer nossa classe profissional, de modo claro, elegante e, principalmente, com alta qualidade dos artigos e das reportagens."

Marina R. Miranda

"Quero parabenizar a revista **Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS** pelo conteúdo abordado em relação à doença mental. Sou psicólogo e professor no curso técnico em enfermagem na disciplina Assistência em Saúde Mental".

José Maria do Nascimento Falcão

"É com prazer que escrevo para vocês da revista **Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS**. Estou entrando em contato por ter grande interesse na sua próxima edição em que o tema abordado deverá ser direitos humanos, uma vez que sou psicóloga, estudo o assunto e participei de uma pesquisa muito importante em São Paulo, mapeando homicídios e latrocínios na cidade".

Sandra de Carvalho

"Quero expressar minhas congratulações pela qualidade da revista **Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS**.

Realmente mostra-se um trabalho sério, competente, claro e com importantes reflexões acerca do exercício profissional do psicólogo"

Denise Maria Perissini da Silva

"Sou psicóloga e escrevo com o objetivo de sugerir e ao mesmo tempo querer saber mais sobre a terapia comunitária, sua eficiência e em que grupo ela é benéfica."

Cristina

"Quero parabenizá-los pela nova revista **Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS**. Ficou com um visual bonito e com mais informações".

Janaina Moutinho Costa

"Na entrevista com o professor Hanns (Regulamentação em debate), gostaria de obter material bibliográfico. Acho importante que se diferencie eficácia de efetividade, já que os importantes estudos dos anos 60 e 50 não se referem à eficácia, mas à efetividade das psicoterapias".

Marcelo M. Nicareta

"Recebemos o exemplar da revista **Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS**. Trata-se de uma excelente publicação com reportagens e artigos realmente direcionados a profissionais da área".

Berenice Fagundes Galvão

"Sou psicóloga formada desde 1984, isto é, há 20 anos pela FMU, e sempre atuei na área organizacional. Sempre recebi diversas revistas, mas nenhuma abordava esta área ou o faziam de modo superficial".

Gladys Caballí

"Gostaríamos de parabenizá-los pela revista. Gostaríamos de saber se podemos escrever sobre o tema autismo e deficiência mental".

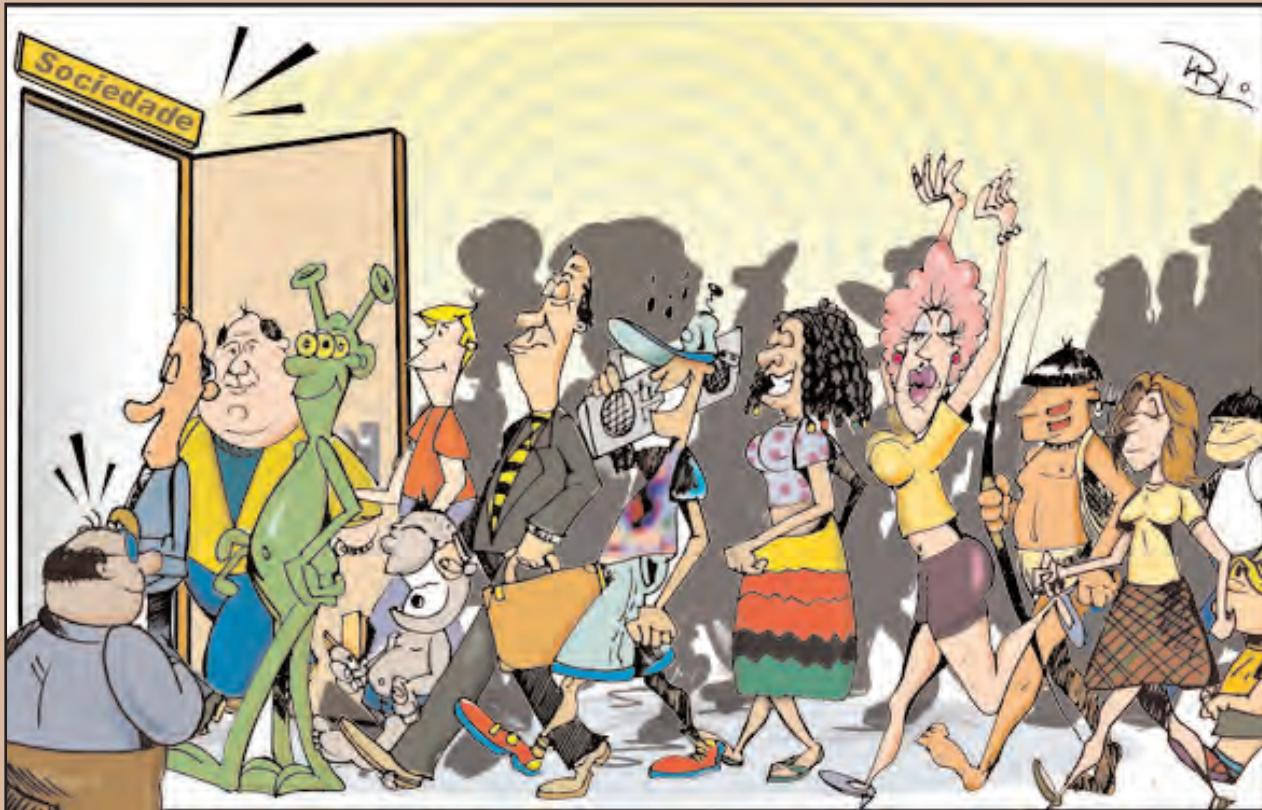
Sabrina Ribeiro

"Foi uma surpresa e tanto receber hoje nossa revista. Parabéns. Tudo nela (conteúdo, design gráfico) desperta interesse".

Irene Bonin de La Puente

Salve equipe da revista **Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS**. Com muito prazer recebo o primeiro exemplar dessa revista. Parabéns por artigos tão lúcidos e oportunos. Excelentes as entrevistas com Drawin e Simone Neno, questionando a possibilidade de como e quando ser psicoterapeuta. Admirável é a palavra, para o conto da Berenice Sica Lamas. Gostaria, se possível, um meio de contatá-la. Enfatizando parabéns à toda equipe da revista.

Sérgio Gerônimo



Construindo ciência e profissão

Uma experiência que deu certo! Assim nos sentimos com o lançamento do segundo número da revista **Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS**. Foram muitas as opiniões positivas sobre o primeiro número. Sabemos que nossa revista foi bem recebida. Satisfação para o Comitê Editorial, para os profissionais que se dedicaram de corpo e alma à realização do primeiro número. Um primeiro número que veio, desde lá, construindo esta segunda edição. Ao propor a desconstrução dos direitos humanos tradicionais, enfocando a subjetividade e não a vitimização, tentando rasgar preconceitos e qualquer forma de autoritarismo, a revista serve de palco público para discussões e práticas que ainda incomodam muito o Estado e indicam os avanços da psicologia.

A **DIÁLOGOS** cumpre o seu papel de, objetivamente, apresentar novas proposições a platéias maiores. Uma satisfação para nós do XII Plenário do Conselho Federal de Psicologia que tivemos o privilégio de construir, junto com todo o sistema Conselhos de Psicologia, a nova política editorial.

A revista **Psicologia Ciência e Profissão**, que há duas décadas reúne artigos científicos de psicólogos, segue seu rumo. Em versão eletrônica, permite um maior número de

páginas e atende à política da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação) de garantir maior disponibilização das publicações científicas brasileiras.

Combinando o campo científico e o campo profissional, a **Psicologia Ciência e Profissão** permite a divulgação de trabalhos de alta qualidade tanto de um campo quanto de outro. Na realidade, não existe essa separação, já que estamos divulgando a capacidade que tem o campo profissional de realizar trabalhos científicos, particularmente os de psicologia aplicada. A forma digital permite hoje, além do acesso dos psicólogos, o de estudantes de todas as áreas, de professores e pesquisadores, não somente do Brasil, como qualquer interessado em qualquer canto do planeta.

Com este segundo número, a **DIÁLOGOS** também define sua trajetória. Trabalha com temas mais ligados à profissão, podendo ser apresentada ao público em geral que tenha interesse em psicologia e nos caminhos construídos pela profissão.

Desfrute desta conquista, ela é sua leitor. Você ajudou a construí-la e, com sua opinião, ela irá ficar muito melhor. Esperamos seus questionamentos, suas críticas, suas expectativas. Para nós diálogo é fundamental! □

Profissão e política como vocação

Ao contemplar a trajetória da psicologia no Brasil, o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira, destaca um certo elitismo nas origens da implantação dessa área de conhecimento. Ele aponta as influências políticas negativas exercidas sobre a classe de cerca de 130 mil profissionais, condenando distorções fundamentais que, no passado, dificultaram o aperfeiçoamento das práticas e da busca do saber. Fundador e ex-presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Marcus Vinícius traça um parale-

lo entre as condições estruturais da sociedade e os meandros da institucionalidade da psicologia, que provocam o seu "contingenciamento".

Ao lançar um olhar favorável sobre o futuro da ciência no país, em detrimento do corte autoritário dos processos anteriores de desenvolvimento da psicologia, ele vislumbra um caminho diferente. "A psicologia está se transformando e os direitos humanos contribuem para essa transformação do ponto de vista epistemológico, metodológico, técnico, teórico e profissional", atesta.

DIÁLOGOS - A psicologia nem sempre permeou os caminhos dos direitos humanos. Há quem afirme que ela constitui conhecimento teórico conservador. Que fenômenos levaram os direitos humanos a serem abordados pela psicologia?

– **MARCUS VINÍCIUS** – Primeiro, é preciso reconhecer que a psicologia que nós importamos, no início de sua institucionalização no país, esteve calcada em um projeto epistemológico bastante positivista. Então, é correto afirmar que uma das dificuldades da psicologia, de modo geral, para se aproximar do envolvimento com temáticas políticas, está associada a uma certa concepção epistemológica que naturaliza o fenômeno psicológico, que essencializa o fenômeno psicológico e que, na esteira da discussão proposta por Max



Weber – exatamente sobre a ciência e a política como vocações distintas – afirma uma certa neutralidade axiológica desta. Essa neutralidade não admitiria o envolvimento com o calor dos fatos políticos.

DIÁLOGOS - Como se deu a trajetória da psicologia no Brasil?

– **MARCUS VINÍCIUS** – Se remontamos até os fins do século XIX, início do XX, vamos perceber que toda a trajetória da psicologia no Brasil e dos seus usos práticos, estão associados a projetos modernizadores, de natureza elitista.

A escola nova, a contribuição da psicologia no Estado Novo, a contribuição do Nina Rodrigues lá atrás. Quer dizer, sempre a psicologia esteve vinculada a um projeto elitista e de corte autoritário, que vê o povo brasileiro

como um problema e vê a psicologia como colaboradora para solucionar o problema da nação. O problema da nação é seu povo, tido como inadequado, que foge das expectativas das elites brasileiras. Quem criou um status mais decente para o tal de povo brasileiro, por incrível que pareça, foi Getúlio Vargas, ao categorizar essa massa amorfa, presente em vários discursos de vários estudiosos da teoria social brasileira da época, como um povo que não estava à altura de suas elites, um povo defeituoso, um povo problemático. A psicologia, portanto, exceito Manuel Bonfim, esteve sempre associada a um projeto de natureza modernizadora, associada às elites, e de forma autoritária.

DIÁLOGOS - Mas, ao que parece, havia, por parte dos psicólogos, um modo de encarar a sociedade brasileira similar à forma como os demais profissionais.

– **MARCUS VINÍCIUS** – O que gosto de acentuar nesse processo é que, a partir da legalização da profissão, em 1962, deixamos de fazer parte de um projeto de modernização elitista liberal para nos convertermos em aliados das elites brasileiras. Deixamos de fazer parte de um modo elitista de ver a sociedade brasileira e passamos a estar consorciados. A nossa vida profissional passou a estar colada às elites brasileiras. Atendemos, durante esse tempo, aqueles que tinham dinheiro para pagar os consultórios. As iniciativas institucionais tênues que existiram, como alguma presença no então Instituto Nacional de Previdência Social, onde havia uma área de apoio aos trabalhadores acidentados, foram experiências muito pontuais diante do contingente de psicólogos. O Luís Antônio Baptista fala da figura do "decorador de interiores". De certa forma, o projeto do psicólogo brasileiro, nessa época, era o de decorador de interiores, para falar da superficialidade, da futilidade, para falar de uma organização da intimidade, o assunto principal do psicólogo. Paralelo a isso existem experiências piloto, militâncias, mas sempre colocados na marginalidade. E queria chegar no tema de que essa evolução, em 1979 e início dos anos 1980, já representava um esforço de reor-

ganização democrática do País. Em 1982 ganham as eleições, de Norte a Sul do País, os governadores do PMDB. É a grande estocada na ditadura militar, e o grande marco da decadência do regime militar, por via das mobilizações democráticas. Estamos falando da Campanha das Diretas, da Campanha da Anistia, das grandes greves do ABC. Estamos falando da democratização da sociedade brasileira. E, portanto, na medida em que a sociedade brasileira se democratiza, cria-se nova possibilidade para a expressão da psicologia nessa sociedade. Esses movimentos de expansão de um pensamento tomam como foco o social. Ele é possibilitado pela abertura política que se estabeleceu desde o Governo Geisel e, finalmente, com o Governo Figueiredo, quando ocorre o fim da ditadura militar, uma verdadeira conquista.

DIÁLOGOS - Não parece que a psicologia, do modo como é hoje, não tem um referencial, um marco bem definido, uma fronteira histórica. É isso mesmo?

– **MARCUS VINÍCIUS** – Costumo dizer que temos de pensar a psicologia antes e depois da Constituição de 1988. O preparo da Constituição nos jogou, como psicólogos, em debates que ainda não havíamos feito: o debate do sistema de saúde, da reforma sanitária, o início do movimento antimanicomial, os debates da questão da expansão do ensino fundamental. Do ponto de vista social, isso cria uma abertura. E o marco para a entrada dos psicólogos nos direitos humanos é a Constituição de 1988. Porque ela definiu um novo estatuto de cidadania, expandiu um conjunto de direitos do cidadão e a possibilidade da participação democrática, criou um Sistema Único de Saúde. Em 1990, instauramos um Estatuto da Criança e do Adolescente. Mesmo que a massa dos psicólogos não estivesse participando nesse momento, já temos aí uma geração presente de psicólogos, da qual vários de nós fazemos parte, que estavam engajados no debate sobre o compromisso social da psicologia. Naquele período, também teve a mudança curricular proposta pelo MEC. O currículo do Samuel Pfrom Neto, que previa um psicólogo com funções de controle social, regredia nessa questão,

gerando uma resistência organizada dos psicólogos e dos estudantes representados pelos ENEPs, os Encontros dos Estudantes de Psicologia, que começaram em 1977. Efetivamente, cria-se, neste contexto, uma certa massa crítica, e o movimento estudantil foi muito benéfico por isso. Essa marca é muito importante porque dá guarida a esses professores que vinham da militância marginal na academia e encontram um certo público ávido, interessado. A própria formação da Abrapso está na esteira desses movimentos.

DIÁLOGOS - E quanto aos psicólogos que se envolveram em protestos, especialmente em 1972 e 73? A carga de preconceito, que já era grande para outros setores engajados, não era maior para uma profissão que emergia?

– MARCUS VINÍCIUS – Havia essa distinção. O que se afirmava era: "Isso não é psicologia, isso é política. Vocês não são psicólogos, vocês são políticos".

DIÁLOGOS - Isso foi na época da Ulapsi (União Latino-americana de Psicologia) e da Abrapso, não foi?

MARCUS VINÍCIUS – Algumas publicações registram algo interessante a respeito: exatamente nos anos da ditadura militar no Brasil, os cursos de filosofia e sociologia foram fechadas e os cursos de psicologia cresceram imensamente. Há uma proliferação intensa de cursos de psicologia. É interessante quando se compara com a Argentina, por exemplo, que tem uma outra história de relação de pensamento político e pensamento social no interior da psicologia, da psicanálise e da psiquiatria. Os argentinos tiveram vários cursos de psicologia fechados. Isso que estou tentando fazer é um paralelo entre certas condições estruturais da sociedade e certas condições de desenvolvimento institucional da psicologia. Eu não acho que os psicólogos sejam assim ou assado simplesmente porque querem ou não querem. A psicologia como instituição está contingenciada pelas condições estruturais da sociedade brasileira. Então, esse período, por exemplo, vai ser o período do florescimento da atividade clínica. É curioso, e é preciso que se diga, que, sequer, era uma atividade colocada em perspectiva pelos pais da profissão. Tanto que a nossa lei fala que o psicólogo é aquele que trabalha com "solução de problema de ajustamento". Em momento algum na nossa lei fala-se que psicólogo é aquele que exerce a psicoterapia.

DIÁLOGOS - Mas como esse profissional entrou? Teve

todo esse envolvimento, a questão dos estudantes, dos profissionais que começaram a atuar em uma questão mais estratégica na psicologia política. Como o psicólogo teve essa oportunidade? O modelo não foi para a questão pública?

– MARCUS VINÍCIUS – Em um primeiro momento, sim. O Guimarães Rosa fala que o sapo não pula por boniteza, mas por precisão. O psicólogo não foi às fronteiras da exclusão por vocação, porque ele descartou essa cena. Ele foi também por falta de opção, porque o mercado liberal se inviabilizou.

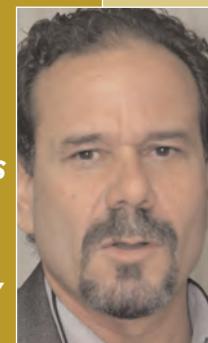
DIÁLOGOS - O que se ensinava nas escolas, na academia, não era exatamente o contrário?

– MARCUS VINÍCIUS

- Não era o contrário. Era o inaplicável. Posso dizer, por um testemunho pessoal, que na área de saúde fomos colocados diante de novas clientelas e não sabíamos, sequer semanticamente, como lidar com ela. Havia um outro regime semântico, que é o regime das classes populares. Quando, em 1984, veio a Reforma Psiquiátrica, tenho histórias de consultório, experiências de ir para o ambulatório público. Atendia 20 pessoas por semana no consultório, para atender 30 pessoas por dia no ambulatório público. Pessoas que vinham com demandas, níveis de instrução, com condições de vida, com problemáticas absolutamente novas. Na verdade, no primeiro momento, instalamos consultórios na saúde pública. Mas aí é uma coisa bonita de ser percebida. A entrada produz uma fricção com a realidade. Somos despreparados, mas não somos estúpidos. A fricção com a realidade produz um movimento reflexivo dos profissionais que estão nos lugares de atuação. Então, temos as fronteiras da exclusão, as crianças de rua, que depois de 1990 passam a ser objeto de política pública. Os psicólogos não tinham aprendido isso e vão para as ruas serem educadores dessas crianças.

DIÁLOGOS - A estrutura dos Conselhos devia ser

"Toda a trajetória da psicologia no Brasil e os seus usos práticos estão associados a projetos modernizadores, de natureza elitista"



super reacionária, não?

– MARCUS VINÍCIUS – A estrutura dos Conselhos nessa época é uma estrutura elitista. É uma gestão que tem uma concepção patrimonialista da política. Você encontra nos jornais do Conselho a foto do presidente de mãos dadas com o Arnaldo Prieto, o então ministro do Trabalho. O Conselho concedeu o título de psicólogo honorário ao Emílio Garrastazu Médici. O pior ditador da história brasileira é reconhecido como alguém que favoreceu a classe porque promulgou a lei. A Lei dos Conselhos só foi criada porque um familiar do Felinto Müller, que era da área de psicologia, solicitou. As relações são elitistas.

DIÁLOGOS - Há uma dicotomia entre o social e o individual, por um lado, e, por outro, uma questão mais contemporânea, existente tanto na psicologia como nos direitos humanos que é a concepção de ser humano universal. Até que ponto a psicologia não está homogeneizando as diferenças em cima da concepção existencialista?

– Marcus Vinícius – Nessa caminhada que estamos descrevendo, o momento do surgimento da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia pode ser pensado como um marco institucional de apresentação, de especificação da discussão de direitos humanos em psicologia. Vamos considerar que todos esses debates que fizemos em torno de clientelas novas, de contextos novos, das fronteiras de exclusão, das dificuldades políticas, das questões ideológicas, das questões teóricas, estavam ainda num marco do debate da tensão indivíduo-coletivo.

DIÁLOGOS - Como esse sistema está configurado no país e como a psicologia está atuando nessa história?

– MARCUS VINÍCIUS – Ao incorporar os direitos humanos à psicologia, temos que tomar cuidado para não pensar que direitos humanos é uma cereja que se coloca no bolo e ele fica mais bonito. Quer dizer, o potencial ético que o debate sobre direitos humanos traz, confere aos direitos humanos uma espécie de poder e eticização daquilo que a ele se associa. Então, podemos dizer que hoje há muito interesse de muitas forças, de muitos movimentos, de muitas práticas de se associarem aos direitos humanos como forma de agregar valor.

DIÁLOGOS - E quanto às diferenças entre grupos e indivíduos, como no caso dos gays e lésbicas? Afinal, apesar da resolução do Conselho Federal, há, na for-

mação, em escolas e universidades, a questão da homossexualidade como uma questão patológica, de desvio, de algum problema da família. Como estão os direitos humanos nessa questão?

– MARCUS VINÍCIUS – Temos que pensar que a psicologia cresceu muito e rápido. Somos hoje 130 mil psicólogos. Em 40 anos, produzimos 130 mil psicólogos. Boa parte dessa história aconteceu em uma ditadura militar, com enormes restrições. Se formos tomar a Constituição de 1988, podemos dizer que estamos vivendo apenas há 16 anos em um regime de relativa democracia. Nesse processo as transformações são bem vindas, são saudáveis. Temos de valorizá-las. Sem dúvida alguma, a psicologia está se transformando e achamos que os direitos humanos contribuem para a transformação da psicologia do ponto de vista epistemológico, metodológico, técnico, teórico e profissional.

DIÁLOGOS - Quando o senhor fala em transformação, precisamos dos dados

referenciais que permitam comparações no tempo e no espaço. O senhor poderia dar algum exemplo em que, de algum modo, se possa contextualizar, histórica e politicamente, essa transformação?

– MARCUS VINÍCIUS – O governo de Juscelino Kubitschek e todos os anos dourados. Aquele era um momento que a psicologia oferecia como promessa à sociedade brasileira uma certa contribuição para a modernização social do País. Esse projeto vai sofrer um grande corte a partir da institucionalização, que ocorreu em 1992, porque em 1964 sofremos o golpe militar. A psicologia quando se institucionalizou tinha pouquíssimos cursos de formação para psicólogos. Somos uma profissão que se institucionalizou apesar de não ter uma tradição de enraizamento profundo na sociedade brasileira.

DIÁLOGOS - A psicologia se apropriou de algum modelo para poder se consolidar?

– MARCUS VINÍCIUS – Não é exatamente esta a questão,

“Na medida em que a sociedade brasileira se democratiza, cria nova possibilidade para a expressão da psicologia na sociedade”



mas, em 1962, a medicina queria impedir a regulamentação da profissão de psicólogo porque temia que fôssemos invadir a sua praia. E devemos assumir que invadimos efetivamente essa praia no campo da psicoterapia, muito vinculada a um projeto da psiquiatria articulada com a psicanálise e passamos a nos ocupar disso, inspirados num dos poucos modelos psicológicos de prestação de serviço. Nossa grande referencial de serviço acabou sendo o modelo médico e o modelo médico norte-americano de prestação de serviço. Quer dizer, herdamos, importamos um modelo porque nos Estados Unidos sim, a atenção psicológica sob a forma de psicoterapia se desenvolvia um pouco mais aceleradamente.

DIÁLOGOS - Nesse caso, a psicoterapia pode ser considerada uma vilã?

– MARCUS VINÍCIUS – A grande massa – 52% dos psicólogos no Brasil – trabalha com consultório dentro de uma prática liberal. Então, não se trata de criticar a psicoterapia, mas de dizer que na ausência de possibilidades de pensar o social, ficamos restritos a um lugar onde esse modelo de homem individualista e essencialista era mais aplicável. Então, temos um grande desenvolvimento no campo da psicoterapia, e um desenvolvimento despoliticizado. Em uma pesquisa que fiz encontrei significantes interessantes. Por exemplo, um artigo publicado em um jornal do Conselho, em que um psicólogo combatia veementemente a idéia de que os psicólogos pudessem ser considerados supérfluos.

DIÁLOGOS - As décadas de 1950 e 1960 foram um período de rupturas, quando algumas estruturas começaram a ser desmontadas e outras remontadas. Esse processo de mudanças profundas, como a industrialização, estigmatizou a sociedade?

– MARCUS VINÍCIUS – A industrialização também é um projeto modernizador, vinculado às elites. A psicologia é algo que se produz em uma perspectiva elitista, que olha ainda esse povo como problemático, que precisa ser domesticado, humanizado. A psicologia seria um elemento humanístico para um povo que era percebido como uma espécie de aberração da humanidade, pois a elite interpreta a humanidade segundo sua própria fisionomia. O que quis destacar é que em 1962 esses "pais da profissão" tinham uma perspectiva um pouco mais liberal. A psicologia, porém, continua sendo elitista, desenvolvimen-

tista, numa perspectiva de modernização social.

DIÁLOGOS - A psicologia estava na contramão da história? Não havia por parte dela nenhuma manifestação contra aquele estado de coisas?

– MARCUS VINÍCIUS – O que acontece aí é uma coisa muito interessante. É verdade que existiram raras vozes de um pensamento progressista da psicologia nessa época, mas o progressista nessa época era o liberal desenvolvimentismo, a psicologia dizia que podia oferecer à sociedade brasileira instrumentos de previsão do comportamento, fundamentais para o gerenciamento das instituições modernas, seja a escola, seja a fábrica, seja a família, seja o manicômio. A psicologia dizia que podia ajudar nesse gerenciamento, com instrumentos de previsão psicológica que fazem a avaliação do comportamento. A perspectiva é adaptacionista. O que acho interessante é resgatarmos a positividade que há no projeto. Não havia muita contraposição a esse projeto. O projeto de nação é progressista. O nacionalismo tem uma aura de progressismo. É óbvio que é capitalista e desenvolvimentista, mas tem uma aura de auto-estima nacional.

DIÁLOGOS - Já existe uma psicologia brasileira, quer dizer, uma produção teórica suficiente que esteja de frente com a realidade brasileira, alguma coisa que impacte?

– MARCUS VINÍCIUS – Não sei se já temos, mas tenho certeza que estamos a caminho. Quando pego o trabalho do José Moura Gonçalves Filho sobre humilhação social que agora rendeu até mídia sobre a invisibilidade dos trabalhadores, quando vejo uma formulação como aquela, vejo nitidamente que tem algo de próprio, algo que diz da nossa gente. Nós estamos a caminho. Com isso se começa o tema da articulação da psicologia brasileira com a

"Temos de pensar a psicologia antes e depois da Constituição de 1988. O preparo da Constituição nos jogou, como psicólogos, em debates que ainda não havíamos feito"



América Latina. Um tema super importante que encontra conexão exatamente no compartilhamento de realidades sociais problemáticas. Então, também estamos começando uma intensificação dos diálogos continentais com a América Latina.

DIÁLOGOS - Nesses diálogos, a reação da psicologia latino-americana à questão do Iraque foi a mais vigorosa que se viu no cenário internacional diante de uma questão desse tamanho...

– **MARCUS VINÍCIUS** – Temos adquirido uma consciência anticolonialista no campo teórico da psicologia. Estamos ousando adquirir essa consciência, importantíssima para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos. Estamos percebendo que o compartilhamento de realidades sociais complexas exige que possamos nos associar enquanto psicólogos da América Latina e compartilharmos o que temos conseguido produzir. Então, eu diria que a possibilidade de uma psicologia brasileira está associada à possibilidade de uma psicologia latino-americana, a possibilidade que organizemos um pensamento que ouse enfrentar a perspectiva colonial que tem nos sido imposta desde as organizações internacionais da psicologia, que nos olham como mero mercado de consumo de pós-graduação, de teoria, mercado editorial, mercado de conferência, mercado de trabalho.

DIÁLOGOS - Já existem programas no Brasil para lidar com a exclusão?

– **MARCUS VINÍCIUS** – O Movimento da Luta Antimanicomial e a solução que damos para a questão da psicose são nossos. O Lacan contribui, os argentinos contribuíram, mas estamos inventando nosso jeito de lidar com a clínica da psicose. Na verdade, estamos no caminho da construção de uma psicologia brasileira. E, nesse sentido, a temática dos direitos humanos ajuda e problematiza o próprio processo do que significa produzir um trabalho de psicólogos. O trabalho da Comissão de Direitos Humanos tem um tripé: desenvolver uma crítica aos processos de institucionalização da psicologia brasileira, aperfeiçoar-se na elucidação das situações das violências, da exclusão e da produção de sofrimento mental desnecessário e, obviamente, militar nas causas de direitos humanos que o conjunto da sociedade coloca. Não queremos fazer mais uma militância em direitos humanos como se fôssemos militantes quaisquer.

Queremos nos especificar como militantes. Achamos que a psicologia tem uma contribuição particular a dar à própria causa dos direitos humanos.

DIÁLOGOS - O senhor afirmou que a nossa democracia está em construção e com dificuldades para lidar com coisas antigas, como a história dos arquivos da ditadura, dos desaparecidos. Essa democracia ainda tem pruridos para lidar com essa questão?

– **MARCUS VINÍCIUS**

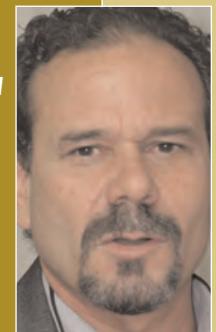
- Juntamente com outras organizações, consideramos fundamental a abertura dos arquivos. Temos que considerar que o pacto nacional em torno do projeto de abertura, não teve como pactuante nenhuma das forças progressistas que estão no governo.

Na verdade, foi feito entre as forças da direita e as forças liberais conservadoras, naquele momento representadas por Tancredo Neves, por Ulisses Guimarães. Ora, não temos nada com essa combinação. Achamos que o Governo Lula não tem compromisso com aquele pacto. A questão da abertura dos arquivos se coloca como imperativo. Fica faltando esse complemento da abertura dos arquivos para que possamos efetivamente sepultar essas situações e fazer justiça ao que ainda necessita ser julgado.

DIÁLOGOS - O senhor acha que o presidente Lula pode estar temendo alguma coisa em razão da abertura dos arquivos?

– **MARCUS VINÍCIUS** – Não há razão para temor institucional do presidente Lula. Não compreendemos porque o temor. Entendemos que as Forças Armadas estão postas no lugar que devem ocupar na sociedade brasileira. Achamos uma bobagem do presidente Lula perder essa oportunidade de passar à história como aquele que ajudou a sociedade brasileira a elucidar suas relações com seu passado trágico, com a ditadura militar. □

"A consciência anticolonialista na psicologia é importantíssima para desenvolver uma cultura de direitos humanos na América Latina"





Olhares muito além dos laudos técnicos

Leila Maria Torraca de Brito (*)

Em 1999, uma grande rebelião da Febem de São Paulo era divulgada na mídia, levando mães de internos a retirar seus filhos da instituição devido aos riscos a que os jovens estavam expostos no interior do estabelecimento. Em janeiro deste ano, os jornais continuaram noticiando crises nas instituições socioeducativas, como na reportagem divulgada no último dia 31 em “O Globo” (p. 8), analisando a crise que eclodiu, mais uma vez na Febem de São Paulo, estampando foto de adolescentes vigiados por policiais. A discussão, agora, está centrada na suspeita de que funcionários da própria instituição estariam incitando fugas e rebeliões. A imagem em cores, publicada pelo jornal, refere-se à rebelião que houve em 2003, em que se pode ver adolescentes em trajes íntimos, com as mãos na cabeça, enfileirados. Alguns sentados muito próximos e outros sendo revistados, formando uma fila em frente a uma grande bandeira do Brasil. O nosso “pendão da esperança” aparece como pano de fundo da cena que, pelo absurdo, faz lembrar a canção rap de Gabriel O Pensador, “A pátria que me pariu!”

No entanto, em julho de 2004, surpreendeu a grande reportagem publicada num jornal carioca, informando que, no Rio de Janeiro, “os pais de classe média da zona sul levam os filhos para conhecer a realidade dos abrigos para menores infratores”. Pode-se destacar que, na matéria publicada, a diretora de uma das unidades socioeducativas afirma que “nenhum dos adolescentes que visitou as instalações voltou como cliente”. Entre diversos relatos sobre o cotidiano na instituição e as regras educativas utilizadas – como o caso de um adolescente que só acordou no horário estipulado porque um dos agentes “jogou nele um balde de água fria” – encon-

tra-se a afirmação de que “basta um dia de internação numa instituição de menores infratores para servir de lição para o resto de suas vidas”. Provavelmente, experiência semelhante a essa deve ter sido a do adolescente – privado de liberdade em instituição socioeducativa no Rio de Janeiro – que forneceu um contundente depoimento sobre sua passagem pela instituição, analisado por Oliveira (2003). Após alguns dias vivenciando o pesadelo a que foi submetido, o jovem é encaminhado a um profissional de nível superior, um dos técnicos do sistema socioeducativo, para atendimento. Em seu relato, descreve o adolescente:

“Ela me perguntou se eu estava bem. Meu Deus! Soltei um leve sorriso de ironia, e a encarei novamente com um ar de espanto: eu, todo sujo, fedorento, com a cara roxa de pançada, sem nome, com um número... Ela me pergunta se estou bem! Devo estar realmente louco ou ainda não me adaptei à tal educação prometida... (p.89).”

Críticas como esta têm sido constantemente dirigidas aos técnicos que atuam nas instituições socioeducativas, não só por adolescentes, como também por profissionais de outras áreas de conhecimento. Argumenta-se que o cotidiano dos adolescentes nas unidades de atendimento não pode ser desvinculado das atividades atribuídas aos profissionais que participam da execução das medidas, considerando-se as implicações das tarefas realizadas. Da mesma forma, a intervenção dos psicólogos não pode ser através de meros procedimentos técnicos. Em 1992, logo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o desembargador Amaral e Silva, dirigindo-se aos psicólogos, enfatiza: “[...] é oportuno questionar o verdadeiro papel do psicólogo enquan-

to participe do sistema de Justiça. Partilhamos do sistema com o objetivo de integrar; e não, de excluir; não, simplesmente, visando diagnosticar.” (.p.73)

A ressalva feita pelo jurista tem por base as alterações na compreensão dos direitos infanto-juvenis, dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente, ancorado na doutrina da proteção integral. Essa doutrina não parte do pressuposto de que a delinquência juvenil se encontra, obrigatoriamente, relacionada à presença de patologias. A generalização da visão que vinculava disfunções psicológicas ou atrasos no desenvolvimento à prática de delitos é interpretada, atualmente, como equivocada. Hoje, considera-se que o desenvolvimento do jovem não pode ser visto como isolado do contexto social no qual está inserido. Busca-se um conjunto articulado de ações, envolvendo o Estado, a família e a comunidade no compromisso socioeducativo, destacando-se que as medidas aplicadas devem ser fundamentadas em princípios de cidadania e na condição especial de pessoas em fase de desenvolvimento. Compreende-se que o atendimento socioeducativo deve ser incumbência de todos os funcionários do sistema, cabendo à equipe a execução do mesmo, por meio de perspectivas sociais, psicológicas, pedagógicas, médicas etc. O projeto socioeducativo a ser cumprido deve constar do relatório, explicando-se a importância das atividades propostas para o desenvolvimento do adolescente. Dessa maneira, os novos parâmetros para avaliação passam a ser os direitos listados no ECA: direito à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, entre outros, vistos como premissas para o desenvolvimento dos jovens (Brito, 2000).

Observa-se, no entanto, que, na vigência do Novo Código de Menores de 1979, o atendimento psicossocial de caráter individual deveria ser aplicado a todos os jovens, após exaustiva avaliação na busca de disfunções que justificassem o ato praticado. Imaginava-se, também, que o bom comportamento nas unidades de internação, com aceitação das regras institucionais, seria sinal de recuperação do adolescente. De forma semelhante, interpretava-se de modo positivo as atitudes passivas do interno, a adaptação conformada à realidade institucional e a ausência de queixas referentes ao tratamento dispensado. Provavelmente, por esse motivo, nos relatórios favoráveis à desinstitucionalização do jovem, expressões como “bom comportamento na unidade”, “relacionando-se bem com internos e funcionários”, “sem queixas da unidade”, eram constantemente utilizadas nos relatos técnicos. Outros laudos chegavam a sugerir que o jovem permanecesse internado para dar continuidade aos atendimentos interdisciplinares e orientações profissionalizantes, visando à construção de sua identidade social.

Buscando avaliar as alterações nas funções empreendidas pelas equipes técnicas, depois do advento do ECA, optou-se por realizar levantamento com 119 profissionais da ação socioeducativa, procurando-se destacar como percebem e desenvolvem as incumbências que lhes são destinadas e quais as dificuldades encontradas na execução do trabalho (Brito,

2003). Alguns psicólogos responderam que não possuíam parâmetros nem qualificação específica para o desempenho da função, explicando que, na instituição, a principal incumbência era a produção de relatórios, nos quais deveriam constar as avaliações dos adolescentes. Junto com as interrogações sobre os procedimentos técnicos a serem empreendidos, as dúvidas sobre os limites éticos da avaliação, os argumentos a serem usados, os objetivos do trabalho e a quem se destinava, foram relatadas queixas quanto a imposições, limitações e indefinições da função. Alguns responderam que se sentiam controlados e cerceados, demonstrando, claramente, que o sofrimento na instituição não era exclusivo dos adolescentes. Outros alegavam que esta era a norma institucional. Para a realização da tarefa, os profissionais permaneciam, preferencialmente, em suas salas de atendimento, motivo pelo qual desconheciam, por vezes, a rotina dos jovens na instituição, assim como a maneira como era executada a medida socioeducativa. Alguns descreveram pedidos para avaliação de processo socioeducativo de jovem que não conheciam.

Concluiu-se, no levantamento realizado, que as avaliações diagnósticas ainda são prioridade no trabalho de algumas equipes socioeducativas, quando os psicólogos são vistos como aqueles que devem aferir verdades ou, quem sabe, conseguir, por meio de um “interrogatório dissimulado”, descobrir informações. Nesse papel desgastante e restrito, aprisionados nos procedimentos avaliatórios empreendidos apenas junto aos adolescentes, se encontram impossibilitados de participar de um efetivo atendimento institucional, em prol de um projeto socioeducativo conforme dispõe a doutrina da proteção integral. Atualmente, não se justifica que profissionais do sistema socioeducativo permaneçam isolados em suas salas de atendimento para realizar avaliações. Essas devem ser construídas ao longo do processo educativo – no qual o psicólogo deve atuar – observando-se o cotidiano do jovem na instituição e as propostas de atendimento que vêm sendo desenvolvidas. Se for o caso, devem-se apontar os prejuízos sofridos pelo jovem que tem algum de seus direitos desrespeitados, contribuindo-se com a articulação das políticas públicas no âmbito socioeducativo e com o pleno e saudável desenvolvimento da juventude. Citando as palavras de um profissional que respondeu às questões formuladas:

“Fugir desse contexto através de ações que nos garantam revisões críticas constantes de nossa prática é o caminho para garantir mudanças no status quo”.

Ou, quem sabe, simplesmente para contribuir com o reordenamento institucional e cumprir o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente. □

(*) Professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Doutora em psicologia pela PUC-RJ.

Ver referências bibliográficas na versão on line da
Ciência e Profissão DIÁLOGOS (www.pol.org.br)

Linhhas de fuga

Uma breve reflexão da prática do psicólogo na prisão

Maria Márcia Badaró Bandeira⁽¹⁾

Aliteratura sobre as práticas psi no campo jurídico tem revelado o quanto a psicologia contribuiu, ao longo do tempo, para reforçar um entendimento de que o delito tem uma natureza individual e patológica, totalmente desvinculado de uma construção socio-histórica da criminalidade. A prática de elaboração de laudos e pareceres fortemente criticados pelos seus conteúdos tendenciosos e preconceituosos, continua servindo, ainda hoje, de subsídio ao Judiciário para tomada de decisões de juízes, seja no Tribunal de Justiça, no sistema socioeducativo (jovens em conflito com a lei) ou no sistema prisional. Essa prática tem sido motivo de questionamentos e de insatisfação por parte de muitos psicólogos que atuam nesses campos.

Segundo o Código de Ética do Profissional Psicólogo, artigo 4º, parágrafo 1º, “o psicólogo atuará na instituição de forma a promover ações para que estas possam tornar-se um lugar de crescimento dos indivíduos, mantendo uma posição crítica que garanta o desenvolvimento da institui-

ção e da sociedade”. No âmbito da prisão, essa ação se constitui, na verdade, num grande desafio. Para alguns, chega mesmo a ser impossível, uma vez que consideram que não há como ocupar, ao mesmo tempo, o lugar daquele que “traz consigo a marca do controle estatal e colocar-se numa posição de escuta e confiança diante da angústia e do conflito desejante a que o sujeito sempre padece”.

Embora alguns psicólogos no sistema penitenciário ainda se limitem às práticas de laudos e pareceres – talvez por comodidade, pois, na verdade, essa é a única demanda exigida pelo Judiciário – outros buscam, deleuziana mente, “linhas de fuga” no cotidiano de seu trabalho, entendendo que, por mais submetido que ele seja às regras de controle e disciplina, poderá também ser um foco de luta e resistência.

Foucault, na entrevista com Deleuze sobre “os intelectuais e o poder”, dizia que “onde há poder ele se exerce” e que “cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder (um pequeno chefe, um guarda, um diretor de prisão, um juiz, um líder sindical, um redator-chefe em um jornal)”. Uma prática comprometida com os princípios dos direitos humanos e com a ética profissional poderá criar dispositivos que acionem novos processos de subjetivação de modo a potencializar a vida das pessoas presas.

Atualmente, desenvolvendo o Projeto “Leitura também é Saúde” num hospital geral penitenciário a partir da implantação de uma biblioteca e de debates com os presos sobre as leituras realizadas, tenho procurado fazer da leitura não só uma ocupação do tempo, mas, mais do que isso, a possibilidade de “unir num mesmo dispositivo um encontro com o livro, com as pessoas e consigo mesmo”. Segundo Foucault, a leitura “permite aos indivíduos efetuar por conta própria, ou com a ajuda dos outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta ou qualquer forma de ser, obtendo, assim, uma transformação de si mesmo”.

Recentemente, tive a oportunidade de conhecer um ex-



Maria Márcia Badaró Bandeira



presidiário, que durante o cumprimento de 30 anos de sua pena, encontrou nos livros a única possibilidade de sobreviver à “mortificação do eu”. Apaixonou-se pela literatura dos mais variados gêneros e fez dela o alimento de sua alma, considerando-se, hoje, um autodidata. “Tudo que sei sobre o mundo e a vida, agradeço aos livros”. Ele tornou-se autor do livro *“Memórias de um Sobrevidente”*, editado pela Cia das Letras, cuja venda lhe tem permitido obter algum recurso financeiro para sua sobrevivência e de sua família.

Apesar dos malefícios da prisão já tão mencionados pelos estudiosos dessa área, acreditamos haver sempre “linhas de fuga” para a preservação da saúde mental não só das pessoas presas, mas também dos profissionais que atuam nesse campo. Cabe lembrar que a legislação de nosso País não prevê a prisão perpétua e, portanto, esses homens e mulheres, hoje presos, amanhã retornarão ao convívio da sociedade livre. E, se pudermos instrumentalizá-los para que possam fazer outras escolhas em suas vidas, certamente estaremos colaborando com a diminuição do índice de violência a que todos nós estamos submetidos.

Uma citação de Foucault, encontrada no texto “Quando Clio encontra Psyché: Pistas para um (Des) Caminho Formativo” é, sem dúvida, um convite para pensarmos o que produzimos com nossas práticas: “(...) uma atitude indagadora, prudente, ‘experimental’, é necessária a cada momento; a cada passo, devemos confrontar o que estamos pensando e dizendo com o que estamos fazendo, sendo”.

Em recente levantamento sobre as leituras realizadas pelos pacientes, na biblioteca do hospital penitenciário, no período de 1º de junho a 10 de dezembro de 2004, verificamos que cerca de 500 livros já foram lidos, dos quais os do gênero romance e poesia ganharam a preferência dos leitores. Temas como política, religião, humor e suspense têm sido também bastante procurados.

Apesar de não termos ainda um estudo sobre o impacto da biblioteca na vida dos pacientes que hoje se encontram privados de sua liberdade, acreditamos ser uma linha de fuga concreta em favor da expansão da vida. □

(*) Psicóloga da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, especialista em psicologia jurídica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A psicologia no sistema penitenciário

Pedro José Pacheco^(*)



Gostaria de apresentar uma discussão sobre um tema tão marginal quanto incógnito na atualidade: o casamento das ciências psicológicas com a execução penal. Para isso, pretendo trazer um pouco da minha experiência profissional como psicólogo de presídios gaúchos, que culminou numa dissertação de mestrado sobre alguns dos atravessamentos que envolvem as relações psicológicas estabelecidas dentro dos presídios de regime fechado, propondo uma discussão no âmbito ético, político e epistemológico dos possíveis efeitos produzidos pelas práticas psicológicas dentro do ambiente prisional nas subjetividades existentes e suas repercuções para a interlocução da psicologia, enquanto ciência e profissão, com as ciências jurídico-penais.

Não resta dúvida de que o processo de encarceramento para qualquer ser humano mostra-se como uma experiência catástrofica. O discurso de que a prisão, no lugar de promover a reinserção social, promove a degradação do sujeito humano, e de que a vida encarcerada acarreta uma verdadeira desorganização da personalidade do sujeito preso, torna-se, hoje em dia, tema de discussão diária e, certamente, de extrema relevância, principalmente quando se trata de políticas públicas de formação de cidadania e de participação social. Alterar esse universo prisional polissêmico marcado pelo controle social que exerce e pelo esvaziamento simbólico de seus membros, remetendo, muitas vezes, a um verdadeiro desmoronamento em termos de representação, demonstra ser uma tarefa árdua e, muitas vezes, fadada ao fracasso, como se tem percebido ao longo da história.

O psicólogo penitenciário, como um funcionário jurídico extremamente vulnerável, insere-se nesse complexo e ambíguo contexto de maneira geralmente não tão bem definida, apesar da sua acentuada onipresença em inúmeros presídios brasileiros. Diante da enorme complexidade que é circular quase que diariamente pelo lugar de avaliador e de terapeuta, sendo influenciado e cobrado por uma sociedade e, mais especificamente, pela instituição penitenciária, a apresentar um comportamento eminentemente punitivo e controlador, o psicólogo jurídico ocupa posições antagônicas e complexas, por vezes

representando o carrasco dos supliciados, incentivando políticas mais repressivas e regulatórias, porém, ao mesmo tempo, buscando analisar e intervir nos aspectos críticos e perversos do cumprimento de uma pena prisional. Diante disso, esse profissional desenvolve atividades diversas, geralmente variando sua intervenção em função das peculiaridades das relações de saber-poder que se estabelecem em cada sociedade, cada estabelecimento penal e da sua condição pessoal e profissional para aplicar determinada técnica terapêutica e/ou avaliativa.

Mas qual prática/teoria psi é produzida nesse ambiente? Afora as práticas operacionais exigidas pela demanda socio-jurídica, percebo que os psicólogos do sistema penitenciário se mostram extremamente influenciados pelos valores repressivos sociais, estando também totalmente submissos às exigências legais. A obrigação de ser um agente promotor de saúde e humanizador das relações humanas se ausenta quando esse profissional emite um parecer que ocasiona a permanência do seu cliente num ambiente insalubre e deteriorante para a sua personalidade e saúde mental.

O que é mais comum é o Poder Judiciário utilizar-se dos psicólogos para dividir as responsabilidades no papel de punição e repressão penal. Deveria caber ao psicólogo, dentro do contexto prisional, direcionar seu olhar e sua escuta aos conflitos subjacentes aos discursos manifestos, tanto pelo sujeito preso quanto pelos demais operadores jurídicos em ação, fazendo com que as suas intervenções possam constituir-se como possibilidades de alteração de sentidos, que viriam a produzir um outro discurso mais criativo e libertador do que o que até então se produziu. Sendo uma área da saúde, é obrigação da psicologia trazer para o âmbito prisional a discussão que existe há mais de 15 anos sobre as propostas do movimento de luta antimanicomial. Creio que essas instituições totais se mostram extremamente similares no desrespeito às diferenças e aos direitos humanos mais básicos. □



(*) Psicólogo, mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Respeitando diferenças

Em Londrina (PR), o psicólogo Wiliam Siqueira Peres vem desenvolvendo, desde 1997, um trabalho inédito no País, promovendo o resgate da auto-estima de travestis através de oficinas de prevenção às DSTs/Aids e de construção da cidadania, com enfoque em direitos humanos, para uma população que vive processos de estigmatização de toda ordem. Além desses espaços para elas falarem a respeito de seus cotidianos e suas relações com suas famílias, com religião, serviços de saúde, lazer etc., o projeto evoluiu para a aproximação dos travestis à sociedade civil como um todo. São, assim, realizados passeios por espaços públicos (parques, shoppings, cinemas, teatros). Baseado no teatro do oprimido, de Augusto Boal, Wiliam ainda dirige a peça "Eu Quero Viver de Dia", várias vezes apresentada em cidades diversas, entre outras atividades. Anualmente, cerca de 400 travestis passam pelas oficinas. Essa experiência se tornou a tese de doutorado de Wiliam no Instituto de Medicina Social da UERJ, sob orientação do professor Richard Parker. ○

Na terra

O Seminário "Subjetividade e a Questão da Terra" reuniu, de 13 a 15 de agosto de 2004, representantes do CFP e do Movimento Sem-Terra (MST). Nas conversas, ficou encaminhada uma parceria para que psicólogos possam apoiar os desconstruídos no campo.

○

Boa experiência

Com apenas oito meses de funcionamento, o Núcleo de Orientação e Atendimento a Dependentes Químicos (Noad) do Paraná ganhou, no ano passado, o prêmio de Valorização da Vida da Secretaria Nacional Antidrogas. Coordenado pela psicóloga Cléia Oliveira Cunha, envolvendo uma rede de apoio de universidades, ONGs e voluntários, o Noad atende réus dependentes de álcool ou de drogas e seus familiares.

○

Nova associação

Em outubro deste ano, será realizado o I Congresso Brasileiro de Psicoterapia da recém-fundada Abrap (Associação Brasileira de Psicoterapia), reunindo estudiosos de todas as tendências. Espaço de troca, suporte e pesquisa, a Abrap foi fundada por mais de uma dezena de associações, incluindo a International Psychoanalytical Association, a Associação Brasileira de Terapia Cognitiva, a Federação Brasileira de Psicodrama, a Associação Brasileira de Psiquiatria e o CFP. Defendendo o respeito à diversidade de orientações psicoterapêuticas e a seriedade da formação teórico-clínica do profissional, a Abrap (abrap@uol.com.br) está convidando todos os interessados a se associarem. ○

Na floresta

Em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o CFP também realizou o Seminário "Subjetividade e os Povos Indígenas", de 5 a 7 de novembro passado. Reuniram-se representantes dos CRPs, do Cimi e líderes indígenas de várias regiões. Os psicólogos deverão, a partir daí, envolver-se em ações de apoio tanto de problemas graves dos índios, como o consumo de drogas e de álcool, quanto de projetos de saúde preventiva e de educação. O

Acendendo a luz

A revista "Psicologia: Teoria e Pesquisa", publicada pelo Instituto de Psicologia da UnB, passou a ser distribuída também num CD-Rom destinado a pessoas cegas e deficientes visuais. A nova ferramenta de trabalho está chegando, inicialmente, a 66 bibliotecas e entidades de ensino do país. O site da revista é o <http://www.revistapt.org.br>. E a sua sede é no Instituto de Psicologia, Campus Universitário Darcy Ribeiro, CEP 70910-900. O

Na tela

"Não é o que parece", série de TV do Canal Futura elaborada em conjunto com o CFP, tem continuidade este ano com um bloco novo de dez programas. Viraram sucesso as discussões sobre como a dimensão subjetiva interfere em diferentes aspectos da vida cotidiana. O

Debates que prometem

OI Congresso Latino-Americano da Psicologia (Ulapsi) será realizado entre os dias 20 e 23 de abril deste ano, em São Paulo. Contatos e maiores informações: (11)3061-9494, ramais 101 ou 129; congresso@ulapsi.org; e <http://www.ulapsi.org/congresso>. A Ulapsi - União Latino-Americana de Entidades de Psicologia – tem como objetivo o desenvolvimento de uma psicologia latino-americana, incentivando e promovendo o intercâmbio de conhecimentos e de ações entre os psicólogos do continente. Há necessidades e urgências nas sociedades das Américas do Terceiro Mundo que devem ser respondidas de maneira adequada. Com a psicologia atuando. Como definiram as dezenas de entidades que compõem a Ulapsi, "o I Congresso deverá ser um espaço de diálogo e de luta para que a psicologia, em nossos países, possa participar da construção de um mundo melhor, a partir da América Latina". Para realizar o evento, a Ulapsi conta com o apoio do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. O

VISÓES críticas das práticas



Roseana Cavalcanti da Cunha

Desta vez, o debate é sobre atuações de psicólogos na área de direitos humanos. Novamente, foram convidados profissionais de estados, histórias e pensamentos diferentes: **Cecília Maria Bouças Coimbra**, do Rio de Janeiro, e **Roseana Cavalcanti da Cunha**, da Paraíba. Na psicologia, Cecília Coimbra é sinônimo de direitos humanos. Foi presa política e, fazendo da dor uma ação transformadora, fundou o antológico Tortura Nunca Mais, que presidiu por mais de dez anos. Hoje é vice-presidente do grupo. Professora de psicologia da Universidade Federal Fluminense, também foi uma das fundadoras da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. Publicou vários trabalhos no Brasil e no exterior, como "Guardiões da Ordem" e "Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas – um Estudo sobre a Violência Urbana, a Mídia e os Discursos de Segurança Pública". Roseana é coordenadora do Programa Sentinelas de Campina Grande (PB). Atua em consultório particular e participa das atividades da Escola Brasileira de Psicanálise-Delegação Paraíba. Especialista em educação pela Universidade Federal de Campina Grande e em violência doméstica contra crianças e adolescentes pela USP, é aluna especial do mestrado em educação na Universidade Federal da Paraíba.



Cecília Maria Bouças Coimbra

DIÁLOGOS – No Brasil, quando a psicologia passou a atuar no campo dos direitos humanos?

– **CECÍLIA COIMBRA** – A luta pelos direitos humanos no Brasil é recente, tendo se fortalecido com a oposição ao regime militar nos anos 70 do século passado. Na psicologia, é ainda mais recente, tendo emergido com mais força após a criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos, instituída pelo Conselho Federal de Psicologia na segunda metade dos anos 90 do século passado. As atuações que vinculavam psicologia e direitos humanos, desde aqueles anos 70, já se faziam sentir de forma esporádica e estavam presentes em vários movimentos sociais ligados a algumas áreas psi, como, por exemplo, a luta antimanicomial. Entretanto, é importante frisar que vincular psicologia a direitos humanos não é produzir mais um

especialismo. É, ao contrário, afirmar uma prática psicológica voltada para a dimensão histórico-política presente no mundo e em cada um de nós, e implicada com a vida.

– **ROSEANA DA CUNHA** – A psicologia, por sua própria natureza, tem um papel importante na construção histórica dos direitos humanos, com todas as formulações psicológicas sobre a natureza humana. Ainda nos anos 70, com o surgimento dos diversos movimentos sociais, começam a ser produzidos novos sujeitos políticos com novas formas de resistência e novas práticas que rebatem os movimentos já postos. Nos anos 80, reinventando os modos de se fazer política e transformando o dia-a-dia das pessoas, os psicólogos questionam o conhecimento e as técnicas aplicadas no sentido de revê-las para se adequarem às necessidades da

população brasileira. Os anos 90, marcados pela construção da cultura dos direitos humanos, são identificados na história da psicologia como a década que busca resposta a esses questionamentos, onde se obteve a clareza de que o profissional da psicologia intervém politicamente e que, em qualquer lugar, essas intervenções podem trazer uma grande contribuição na implicação subjetiva dos sujeitos, nas contradições psicosociais, na saúde psicológica, com um efeito sobre o seu espaço vivencial.

DIÁLOGOS – Quais as temáticas, experiências e situações do campo psi que aproximaram essa ciência dos direitos humanos?

– **CECÍLIA** – Os temas e experiências que vêm desde aquela década de 70 prendem-se a aspectos sociais, a questões veiculadas às mais diferentes exclusões, seja nos hospitais, nas escolas, nas empresas. Ao lado dessas experiências bem pontuais, que já colocavam em debate, em análise, as atuações da psicologia mais tradicionais e mesmo conservadoras, vemos outras vinculadas a diferentes movimentos sociais, que emergem, alguns anos mais tarde, nos 80 e 90, como a já citada luta antimanicomial. Foram nos diferentes movimentos sociais, nas lutas pelos direitos humanos em geral, que se iniciou a participação de muitos psicólogos brasileiros e sua leitura crítica da psicologia.

– **ROSEANA** – Não há como se falar em psicologia e direitos humanos sem que se sustente uma “ética do cuidado” nas relações interpessoais, reconhecendo no outro a humanidade que nos define, superando a via das declarações de intenções e dos protocolos diplomáticos. Como cidadã e psicóloga sou responsável pelo respeito aos direitos humanos no meu campo de atuação, enquanto balizador das intervenções técnicas. As temáticas que nos aproximam – ou o ponto onde a relação mais se estreita – dão-se no campo dos estudos das identidades dos grupos sociais, estando nos contextos mais diversos, como na zona rural, nos presídios; na área de saúde, com o surgimento dos núcleos de psicologia social comunitária, e, especificamente na Paraíba, em relação às áreas rurais nos assentamentos. No Nordeste, tivemos um grande psicólogo, o professor Paulo Rosas, que deixou uma grande contribuição na luta pelo direito de narrar a própria identidade de um povo, num imenso desafio político, onde deixa transparecer dimensões essenciais ao campo psi, a competência técnica e o compromisso social.

DIÁLOGOS – Até os anos 80, privilegiando conceitos importados dos Estados Unidos, a psicologia brasileira estava voltada para o indivíduo. O psicólogo deveria ser apolítico, praticamente não levando em conta o contexto histórico onde estava inserido. O profissional, então, estava de costas para a sociedade?

– **CECÍLIA** – Não somente a influência de conceitos importados acriticamente advindos de uma psicologia experimental norte-americana, mas também determinada leitura, então hegemônica, da psicanálise, bastante positivista à época, foram as responsáveis pela postura da psicologia como uma ciência neutra, objetiva e, portanto, apolítica. O “modo de ser indivíduo” é reificado, a prática psi é percebida como natural e não como produção histórico-social e à psicologia, ao homem e à sociedade é dada uma certa essência. Efetivamente, o psicólogo se colocava à margem da sociedade, não se implicava com o mundo, com a vida, defendendo uma fastidiosa assepsia.

– **ROSEANA** - Com o fim do boom econômico pós-guerra, eclode uma crise na psicologia social, convocando categorias até então não atuantes a procurarem temas de relevância social que respondessem aos problemas reais, fazendo com que pesquisadores e psicólogos americanos aplicassem seus conhecimentos no contexto social, com críticas relacionadas à sua atuação mecanicista. Na América Latina, sobretudo no Brasil, acontece um crescimento da psicologia comunitária vinculada a conflitos sociais gerais. Nenhuma ciência é neutra, mas a discussão da psicologia estava mais voltada para uma discussão teórica e constata-se, nessa última década, um movimento no sentido de se redimir de omissões históricas em relação à área social.

DIÁLOGOS - Graças à psicologia social, o psicólogo teria passado, pelo menos nas suas práticas, a participar da sociedade de forma mais politizada. É isso mesmo? Ou ainda há muito a caminhar? Ainda há necessidade de novas provocações e debates? No Brasil, o que falta ao psicólogo na sua relação com os direitos humanos?

– **CECÍLIA** - Não necessariamente o psicólogo social é um participante da sociedade de forma mais politizada. É óbvio que a psicologia social traz importantes contribuições para a luta em prol dos direitos humanos. Entretanto, há muito ainda a caminhar. Creio que três grandes desafios se colocam ainda hoje para a psicologia em geral: 1º) pensar o caráter essencialista e, portanto, natural, a-históri-

co, necessário e eterno de suas práticas; 2º) perceber que outro modo de estar no mundo, além do "modo de ser indivíduo", é possível. É, portanto, necessário pensar e afirmar outras subjetividades, outras sensibilidades, outras formas de vida, fugindo aos modelos instituídos (como os de pai, esposa, filho etc.) que tanto gostamos

acriticamente de reproduzir e reafirmar; 3º) colocar em análise constante nossas implicações, o lugar instituído de saber-poder que ocupamos e que, com nossas práticas, ajudamos a construir e a fortalecer.

- ROSEANA - A psicologia social toma para si a luta pelos

para que os novos profissionais possam construir uma relação de associação entre a realidade social e o objeto psicológico na prática e na pesquisa, aumentando a interlocução com outros saberes.

DIÁLOGOS – Embora pregando que os direitos são para todos, não somos todos iguais. Nesse sentido, o que a psicologia junto aos direitos humanos estão fazendo como forma de garantir a diversidade cultural, cuidando para que as diferenças tenham espaços e direitos iguais àqueles que se situam nos modelos e padrões hegemônicos sem, no entanto, se homogeneizarem (homem-branco-classe média-heterossexual, urbano, centro-esquerda, centro-direita, magro etc)?

- CECÍLIA – Falar das diferenças e de suas afirmações sem cairmos na lógica do capitalismo liberal tem sido um grande desafio. Penso que, se entendermos o mundo e cada um de nós como seres múltiplos e heterogêneos que não cabem dentro de certos modelos e padrões tão sacralizados e naturalizados pelo modo capitalista de vida, poderemos começar a afirmar e, mesmo a reconhecer outras subjetividades, outras formas de ser e de estar no mundo.

- ROSEANA - Os direitos humanos, como um postulado fundamental de igualdade de direito das pessoas pela simples condição de serem pessoas, e como um instrumento de ampliação dos horizontes dos direitos da pessoa humana, foram sofrendo transformações desde então, como um processo em permanente ebulação e tensão. A idéia de igualdade passava a considerar a diversidade e a diferença entre os seres humanos. Acredito que, ao entendermos o sujeito enquanto singular, nunca estivemos tão atentos àquilo que nos diferencia, nos distingue e, consequentemente, àquilo que tem sido o que nos separa. Contudo, começamos a nos dar conta de que o que nos distingue, nos identifica, são as nossas diferenças e contradições enquanto sujeitos que interagem nos espaços sociais.

DIÁLOGOS - Relate a sua experiência ou experiências mais fortes, mais significativas, no campo dos direitos humanos? Existiu alguma situação que a fez mudar a forma de trabalho, a redirecionar a sua prática profissional? Alguma vez a atuação na área dos direitos humanos provocou o seu modo de ser psicóloga?

- CECÍLIA - Minha experiência vem de uma prática como



interesses coletivos, procurando novos rumos para atender à nossa realidade, partindo da reflexão crítica, ampliando a compreensão e o âmbito do conhecido. Somos uma profissão alterativa e não adaptativa, podendo repercutir, pensar e transformar as relações de poder que todos estabelecemos. Mas precisamos avançar tanto nas nossas práticas e intervenções como na pesquisa, fazendo do conhecimento uma práxis científica, onde o momento empírico possa ser repensado no confronto com outros momentos, onde novos caminhos de investigação sejam traçados. Ao instituir, em agosto de 1997, a Comissão Nacional de Direitos Humanos, o CFP, dando visibilidade ao tema, convoca os profissionais a fazer dessa temática uma presença constante no cotidiano das suas intervenções profissionais e suscita o debate sobre o papel da psicologia no desenvolvimento dos direitos humanos. É necessário atentar

psicóloga na escola onde as tradicionais teorias de desenvolvimento infantil, onde as análises que se faziam deixavam de fora a dimensão histórica e, portanto, não me satisfaziam. Isso apesar de minha formação psi ter sido realizada naqueles anos 70, em pleno “terrorismo de Estado”, onde a censura predominava, onde qualquer oposição era rotulada como inimiga perigosa e, portanto, perseguida e mesmo extermínada. Entretanto, como havia feito anteriormente a graduação em história, tive, à época, uma visão crítica da formação psi então hegemonicá. Minha militância política desde a adolescência, minhas leituras marxistas, minha participação nos movimentos de oposição à ditadura militar e nos vinculados aos direitos humanos, hoje, em muito também me auxiliaram a pensar uma psicologia mais voltada às realidades brasileiras, mais implicada e, portanto, afirmada como política qualquer que seja sua atuação. É interessante, por exemplo, o trabalho desenvolvido pela equipe clínico-grupal do Tortura Nunca Mais/RJ, que atende pessoas atingidas pela violência do Estado ontem e hoje. Nele, clínica e política se atravessam o tempo todo. Pensar psicologia e direitos humanos é, enfim, afirmar a dimensão política dessa prática que emerge, no século XIX, como controladora e disciplinadora dos corpos, como já nos alertava Michel Foucault. Entretanto, por não ter uma essência, essa relação pode ser afirmada de outra maneira, de outra forma. É esse o desafio que temos pela frente, sem cairmos na afirmação de mais um especialismo.

ROSEANA - Iniciei minha atividade profissional trabalhando com o direito à vida, acompanhando adolescentes grávidas em todo o período da gravidez, parto e puerpério, dentro de um enfoque social, incluindo a mãe, a criança, e tentando trazer o pai para a participação nesse processo e o seu ambiente social. O trabalho institucional se realizou mediante a assistência direta à mãe adolescente (incluindo aulas, grupos de discussão, participação no parto e acompanhamento no puerpério), e experiência marcante em minha vida, quando pude conviver com a imprevisibilidade dos momentos de trabalho em grupo, onde o inesperado das tensões, ansiedades, medos e incertezas apareciam com o não dito e com a surpresa, mas também com toda a herança cultural e transgeracional presentes nas falas, através dos mitos e preconceitos. Deparei-me com o primeiro caso de violência sexual intrafamiliar (incesto), fato relativamente novo para uma neófita no campo psi, e também para o serviço

institucional; com o puerpério em caso de morte do feto ou má-formação congênita que leva ao ulterior falecimento da criança; com a pseudociese e outras situações onde sempre prevalecia o direito à vida, como a vida fazendo parte da vida, num ciclo universal maior ultrapassando o ciclo vital pessoal. O parto, por si só, também é um risco, porém, dialeticamente vinculado ao nascer e morrer; ao mesmo tempo, traz emoções mescladas e associadas às polaridades vivenciais na história singular de cada mulher. E, é, também, um fato social, pelo qual se incorpora ao meio um novo ser humano. Essa foi a minha primeira experiência com direitos humanos, sem ter a consciência de que era direitos humanos. Depois tive a experiência de trabalhar em 20 municípios do Estado da Paraíba, num trabalho comunitário junto a grupos de mulheres, adolescentes, agentes comunitários de saúde e famílias. Isso despertou a necessidade da construção do conhecimento urgente com essas comunidades, onde o diálogo era o intermediador para que o exercício da cidadania pudesse acontecer pelo viés do desejo, numa oportunidade de planejar e escolher. Foi um período muito rico, durante o qual entrei em contato com o saber popular e aprendi a reconhecer o seu valioso agalma como construtor de um poder ético que poderá garantir a integração social. Continuando minha trajetória, inicio agora um trabalho com a questão da sexualidade humana, já que a mesma está posta a serviço da felicidade humana, desde que exercida com liberdade e responsabilidade, tentando trazer a discussão para a educação, entendendo que as transformações não poderão acontecer sem passar por ela, trocando experiências com professores e técnicos. □



Pai PJ

Os loucos que fazem a diferença

Todos completamente “loucos”. São esses “loucos” que estão envolvidos no Pai PJ. Um projeto inédito no mundo que em vez de prender, dar choques, ameaçar, desqualificar, trata os pacientes judiciais – doentes mentais que cometem crimes – com ciência, tolerância e arte. Tira-os de cadeias, de manicômios, de sua própria inconsciência e oferece tratamento lá onde mão alguma tinha sido estendida. Eles apenas sabiam o sentido da violência, do abandono e da segregação. Despido de preconceitos, o Pai PJ ampara-os nos momentos de desamparo sem, indevidamente, passar as mãos sobre suas cabeças. Fundamentalmente, escuta o que dizem, colhendo da escuta de suas histórias, de suas demandas, o seu sentido para a vida.

O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário,

o Pai PJ, é simplesmente exemplar. Em cinco anos de funcionamento, acompanhou mais de mil pacientes. Aqueles que, tomados por uma crise psicótica, tinham assassinado alguém, nunca mais repetiram o gesto.

Nessas situações, o Pai PJ está realizando o que antes dessa iniciativa era apenas uma utopia no tratamento de doentes mentais e/ou criminosos: a reincidência zero dos crimes contra pessoas.

Hoje, o programa atende em torno de 400 cidadãos.

Há casos – e não são isolados – de pacientes que mataram o pai, a mãe, a irmã, o irmão, o tio, um velho, uma criança. Com bastante violência. Casos de seres humanos que, diante de um mundo considerado ‘normal’, seriam classificados de monstros e atirados numa cela de penitenciária ou de hospício para o resto da vida. São atendidos incondicionalmente os casos, até então, chamados de irrecuperáveis.

Pois bem, pacientes desses, tratados pela rede do Pai PJ, passeiam hoje livremente pelas ruas, moram sozinhos, desenvolvem seus talentos (pintam, fazem artesanato, bordam; cultivam jardins, hortas, afeições), namoram, até estudam.

O Pai PJ, assim, é mais do que um programa. É uma política. Nasceu de uma parceria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com o Centro Universitário Newton Paiva e com o Projeto de Saúde Mental do Município de Belo Horizonte. Conta com a participação de diversos parceiros, entre eles, a Escola Brasileira de Psicanálise, o Fórum Mineiro de Saúde Mental, o Projeto Pólos Produtores de Cidadania, e tantos outros que formam a rede de recursos da cidade.

Há cinco anos, fora um simples projeto de oito estudantes do curso de psicologia do Centro Universitário Newton Paiva e da psicóloga judicial, psicanalista e professora Fernanda Otoni de Barros. Uma visita a um manicômio judicial deixou-os inicialmente emudecidos e paralisados: os pacientes estavam nus, um batia a cabeça no chão, outro – aidético – cortava os pulsos e o sangue esguichava; “Vou te matar”, gritava outro. “Foi um horror o encontro com esse real, que descobria para nós, sem nenhum anteparo, que o homem sem conexão com o mundo da vida, largado a seu próprio gozo, pode chegar àquela condição”, lembra a psicóloga. “Sem nenhuma civilidade”. De repente, um dos estudantes reagiu: “Mas



Fernanda Otoni : “Eles nos ensinam, caso a caso, e é assim que o singular se conecta a um universal; ensinam que é fundamental possibilitar ao cidadão encontrar os recursos que viabilizem tratamento a seu sofrimento, de tal forma que os princípios da acessibilidade, tolerância e responsabilidade aparecem como uma forma de enfrentamento da violência”

vocês não repararam que eles não estão tendo nenhum tipo de tratamento?" E o projeto começou a ser montado ali, na van que os transportava de volta à universidade.

Em 1999, Fernanda participou também do lançamento nacional da campanha "Manicômio judiciário: o pior do pior... o pior do hospício, o pior da prisão" que denunciou os infernos dos hospitais de custódia brasileiros, no encontro nacional da luta antimanicomial, em Maceió. Ao lado do atual vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira, e do advogado Virgílio Mattos, autor de um livro ícone do movimento antimanicomial, o "*Trem de Doido*", e hoje integrante da rede do Pai PJ. Essa campanha foi responsável por deflagrar uma discussão nacional sobre o tema, alertando os diversos atores sociais para os direitos humanos desses cidadãos historicamente excluídos da sociedade.

O Pai PJ foi oficializado pelo TJ-MG em 2001, em portaria conjunta da Presidência e da Corregedoria-Geral daquele órgão.

Coordenadora-geral do programa, Fernanda Otoni explica que o Pai PJ promove a inserção social de condenados criminais portadores de sofrimento mental. Por princípio antimanicomial e intersetorial, trabalha com uma equipe multiprofissional que reúne cerca de 400 pessoas, entre psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, assistentes sociais, advogados, enfermeiros etc. "E tantos outros que, de tantas formas, participam dessa rede de discussão e execução das medidas singulares que cada cidadão propõe como sendo sua invenção de um laço social possível", descreve ela.

Seus pacientes, historicamente, tinham como sentença o cumprimento de uma medida de segurança num manicômio judiciário. Isso significava, na realidade, uma pena perpétua, só se extinguindo com a morte.

O acompanhamento desses casos, diz a coordenadora-geral do Pai PJ, vem demonstrando que esses cidadãos têm a capacidade de virar a página quando elaboram a parcela de responsabilidade que lhes cabe com o laço social, promovendo a reconstrução nas ruas, no convívio com a sociedade.

Diferentemente do manicômio ou do presídio – incentivadores e multiplicadores da violência contra o próximo e contra si, ao propor com seus muros a ruptura dos laços de convivência – o Pai PJ apostava que cada um pode construir um projeto de vida com cabimento na rede social. Desde que esse paciente tenha acesso aos recursos para projetá-lo na cidade, produzindo uma redução da violência como resposta à emergência da falha em qualquer variação da estrutura psíquica. Parece ser esse o caminho para a reconstrução do lugar que o indivíduo ocupa na relação consigo e com os outros, para a retomada da cidadania, transformando seu sintoma numa forma de laço social.



Desembargador Roney Oliveira: essa política de atenção ao louco infrator deverá ser estendida para vários outros cantos de Minas Gerais

Antes do Pai PJ, o paciente judiciário não tinha nenhuma chance de recuperação. A afirmação é do psiquiatra e psicanalista Antonio Beneti, supervisor dos Centros de Referência em Saúde Mental de Belo Horizonte (Cersams) e diretor-geral do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais. Aos loucos infratores, diz ele, só cabia a internação em manicômios, verdadeiras fábricas de multiplicação de graves problemas psíquicos. Membro da Associação Mundial de Psicanálise – com sede em Paris – Beneti constata que, para a grande maioria dos portadores de distúrbios que cometem crimes no Brasil, só resta a segregação e, geralmente, a prisão perpétua. "Não se vislumbrava, antes de programas como esse, a oportunidade de retificação de sua posição subjetiva diante da lei e na relação com o outro", atesta ele.

Por enquanto, o Pai PJ só existe em Belo Horizonte. De acordo com o desembargador Roney Oliveira, corregedor-geral de Justiça de Minas, em breve deverá ser expandido para outras cidades mineiras. Essa política de atenção ao louco infrator também está sendo discutida em Goiânia e poderá ser implantada lá, com o apoio do Ministério da Saúde.

Nesses anos, a equipe do Pai PJ constatou que o crime,

muitas vezes, foi um último recurso para cessar o insuportável de uma crise; a passagem ao ato emerge como uma solução radical para o sofrimento que não pode mais tolerar, como os delírios persecutórios, as vozes etc. Fernanda avisa ser importante escutar o que esses sujeitos sabem: "Eles nos ensinam, caso a caso, e é assim que o singular se conecta a um universal; ensinam que é fundamental possibilitar ao cidadão encontrar os recursos que viabilizem tratamento a seu sofrimento, de tal forma que os princípios da acessibilidade, tolerância e responsabilidade aparecem como uma forma de conexão com o mundo da vida, um modo de pôr obstáculos à violência". Muitos desses indivíduos tiveram atos infracionais antes de ingressarem no Pai PJ e, através do acompanhamento que privilegia a escuta da saída singular caso a caso, não mais retornaram a fazer uso da violência como resposta ao seu sofrimento. O modelo substitutivo à privação da liberdade tem sido uma orientação e até hoje não houve registros de reincidências criminais, onde o crime tenha se realizado contra pessoas ou com uso de violência.

De acordo com Antonio Beneti, supervisor dos Cersams, a equipe do Pai PJ se responsabiliza pelo atendimento clínico,

jurídico e a inserção social. "Sempre que necessário ela conta os serviços públicos de saúde mental que integram a Rede Assistencial: centros de referência em saúde mental, serviços de internação psiquiátrica, ambulatórios etc". Dentro do programa, o paciente percorre o seguinte caminho, segundo Beneti: "O caso é sempre discutido em equipe, avaliado, acompanhado e, muitas vezes, supervisionado. Obviamente, esse trabalho é sempre discutido com as equipes dos serviços que compõem a rede de atendimento quando se encontram em uma de suas unidades. Existe um fluxograma que, de certa forma, padroniza essas tarefas".

Uma das histórias que marcaram o novo modo de ser do Pai PJ foi relatada por Beneti: "O caso de M., sujeito psicótico que teve uma relação sexual com uma enteada de 8 anos. Sentenciado com a reclusão, pegou uma pena de 6 a 10 anos. Após dois anos, iniciou o tratamento no Pai PJ, quando se diagnosticou um quadro de psicose e não de pedofilia. Ao ser tratado, foi encaminhado à rede ambulatorial em serviço de saúde mental no interior de Minas Gerais, reacolhido pela família e reinserido socialmente. Ele cumpriu sua pena, em medida de segurança, em regime ambulatorial. Se estivesse

Vidas (re)costuradas

Caso o socorro tivesse chegado antes, eles não teriam cometido crimes. Pelo menos é o que deixam entrever as conversas com pacientes do Pai PJ. Muitos deles estão há meses, há um ano, dois anos, três anos, livres, andando pelas ruas da charmosa Belo Horizonte, com um rumo, ou, pelo menos, tentativas em direção a algum lugar. Retomaram a esperança. Mesmo naqueles olhos praticamente embotados pelo sofrimento e/ou pela carga de medicamentos, há sinal de luz, de brilho que se intensifica mais quando, com um meio sorriso, meio envergonhados, eles relatam a sua trajetória de volta à vida. Tinham sido homicidas porque no momento mais intenso da dor - aquela que vai lá no fundo, desequilibra, leva à loucura - estavam largados à própria sorte.

Eles preferem falar sempre sobre o futuro, sobre os planos de estudo, de trabalho, de retorno ao convívio familiar. As cenas de violência estão ali, partindo suas vivências ao



meio, mas, quando são recordadas, são recordadas como um crime praticado por outrem ou por legítima defesa. Esses pacientes judiciários estão sempre por ali, sendo atendidos na casa do Pai PJ, próxima ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais ou recebendo atenção em suas casas de psicólogos, assistentes sociais, advogados. "Se não tivesse encontrado o Pai PJ, hoje estaria no manicômio ou na penitenciária", diagnosticava um policial reformado que teve a arma retirada das mãos para sempre quando pensava em matar alguém. Por infrações menores, pegou uma pena leve. Por pouco, não mergulhou completamente no poço de sangue

cumprindo pena internado, não estaria desenvolvendo suas potencialidades e teria seus quadros clínico e social agravados até uma possível cronificação do mesmo”.

Além de encadear um processo humanizado e pós-contemporâneo de acompanhamento visando a inserção de indivíduos penalizados, o Programa Pai PJ também demonstra que há instrumentos na Lei para tratar dessa questão tendo os direitos humanos como base.

– Ali (no Pai PJ), o paciente que eventualmente comete ilícito e padece de doença mental é submetido a um tratamento de amor. Ali, ele é ouvido, sem algemas, sem escolta. Ali se vê, além do preso, o ser humano – declara o desembargador Roney Oliveira. Para ele, o Pai PJ dá ao juiz a melhor garantia de que o paciente judiciário será integrado à sociedade.

“E nada disso seria possível se nos ativássemos à letra fria da Lei e dos códigos”, constata. O programa funciona porque “é um trabalho compartilhado do Judiciário com outros segmentos profissionais”. É a melhor parceria conhecida entre a saúde mental e a justiça criminal porque privilegia o mais importante – o ser humano. “Por trás dos papéis, existem pessoas e é delas que temos que cuidar”, ressalta.



Juiz Herbert José Almeida Carneiro: “O doente mental só deve ser problema penal até o momento em que o juiz criminal o declara inimputável”

que tragou outros loucos infratores atendidos pelo Pai PJ.

Os que já avançaram mais no tratamento tiveram coragem de partir. Num ônibus interestadual com destino a Salvador, tendo apenas como companhia uma bíblia e o remédio de uso diário, um paciente judiciário do Pai PJ regressou recentemente para casa.

Vestindo andrajos, ele mendigava pelas ruas da capital mineira e, num determinado dia, assassinou um companheiro também sem teto e sem pão. Constatada sua insanidade mental, teve decretada a medida de segurança de internação num manicômio judiciário por três anos. Renitente

à privação de liberdade e aos tratamentos convencionais, acabou largado. Até que um psicólogo do Pai PJ teve a paciência de escutá-lo, emprestou-lhe obras clássicas da literatura e, de palavra em palavra, descobriu que ele era de uma importante e abastada família baiana e que tinha dois diplomas universitários.

Outro paciente que está circulando pelas calçadas e recuperando o contato com parentes, numa certa noite, matou o pai e a mãe a pauladas. Foi preso no dia seguinte, no local do crime – sua própria casa – onde permanecera tranquilamente. Para ele, até hoje, o culpado era um homem de barba, uma visão ruim. □



O juiz de Execução Penal de Belo Horizonte, Herbert José Almeida Carneiro, tem sido outro parceiro especial. Ele vê assim os acusados sob suspeita de sofrimento mental e os pacientes judiciários submetidos à medida de segurança: "O doente mental só deve ser problema penal até o momento em que o juiz criminal o declara inimputável. A partir daí, passa a ser um problema de saúde pública, a ser tratado de acordo com a avaliação de uma equipe multidisciplinar que alcance o todo do doente". Para que psicólogos e operadores do Direito passassem a atuar em conjunto, constata o juiz Herbert, comportamentos tiveram que ser mudados, alguns paradigmas tiveram que ser quebrados. A reinserção social e o resgate da cidadania se transformaram no melhor tratamento.

O Pai PJ também vem provocando mudanças na área de ensino e pesquisa da psicologia. A coordenadora do curso de psicologia do Centro Universitário Newton Paiva, Junia Maria Campos Lara, conta que mais e mais alunos fazem estágio no programa, provocando-lhes uma nova visão planetária e da prática profissional: eles não aceitam mais as respostas que vêm prontas, adotando uma ética de responsabilidade que opera a partir dos direitos humanos, nas suas diversidades religiosas, étnicas, antropológicas. O psicólogo Fabrício Ribeiro começou sua carreira estagiando no Pai PJ, no início do programa. E está lá até hoje: é um dos profissionais da linha de frente.

Os loucos infratores, define Fernanda Otoni, foram por muito tempo "o resto, do resto, do resto da sociedade". Sobre eles, depois do crime, ninguém queria mais ver ou ouvir falar. Eram banidos para os campos de extermínio, o mundo do esquecimento. Permanecem ainda hoje, na maioria do planeta,



Beneti: "Quem cumpre pena internado, não desenvolve suas potencialidades e agrava seus quadros clínico e social"

anos a fio jogados num manicômio, só podendo sair de lá mediante exame bem-sucedido de cessação de periculosidade feito por dois psiquiatras. Mas como cessar a periculosidade de indivíduos que são tratados como bichos, quando são tratados de alguma maneira? Desse ponto de vista, uma das parceiras do programa que topou de pronto o enfrentamento desse desafio sob esse novo ângulo foi a psiquiatra Elisa Alvarenga, diretora da Escola Brasileira de Psicanálise. No hospital, o paciente judiciário passou a ser cuidado, então, caso a caso. Cada caso é 'escutado', na tentativa de desvendar o seu segredo, desmascarando a psicose, reconectando o indivíduo à vida. Da clínica ao saber jurídico, o Pai PJ constrói a ponte.

As soluções não são universais, são particulares – atesta Elisa Alvarenga. Ela trabalha no Hospital Raul Soares, em Belo Horizonte, onde 10% dos pacientes internados têm problemas judiciais. Dos 12 loucos infratores que estavam ali quando o Pai PJ entrou em ação, em 1999, praticamente todos saíram. Além disso, diminuiu bastante o tempo de internação de todos os que o programa acolheu.

A psicóloga Rosemeire Silva, coordenadora de Saúde Mental de Belo Horizonte, está envolvida nessa história até o pescoço. Também é uma das militantes do movimento antimanicomial no país. E a luta antimanicomial apóia o Pai PJ: o programa se tornou possível, diz Rosemeire, porque o movimento pôs antes nas ruas o bloco carnavalesco Liberdade Ainda que Tam-tam, fazendo áreas de Belo Horizonte permeáveis à loucura, passando a olhar o louco como o cidadão que ele é. "Não estamos fazendo o que a escola nos ensinou", analisa ela. A exclusão da subjetividade só inviabilizava toda a saúde. O Pai PJ mostrou, dessa forma, que só os loucos podem responder por seus próprios atos, tendo acesso ao direito à saúde. O Pai PJ, arranca Rosemeire, vai dialogar com a Lei, mas não passa a mão sobre as cabeças dos infratores.

A psicóloga Lilany Vieira Pacheco, especializada em problemas de toxicodependência, também integra a rede do Pai PJ. Ela tenta identificar, nos pacientes judiciários viciados ou com tendência ao vício de drogas, o ponto onde a máquina está emperrando. Ela verifica se, em alguns casos, não é melhor manter o paciente longe da família: "Há casos em que os pais preferem que os filhos sejam dependentes químicos (o diagnóstico da moda), do que psicóticos".

A mãe de um dos loucos infratores tratados pelo Pai PJ, num momento de desespero, indagou à psicóloga: "Eu preciso saber se meu filho é doente". Ela não sabia se tratava daquilo como um problema de saúde ou, simplesmente, impunha limites aos desmandos do rapaz, que já tinha roubado, ido para a prisão e acabara de matar alguém.

"Não sabemos o que é melhor para o sujeito, temos que ter a humildade necessária para escutá-lo, não há receitas prontas, secretariamos a partir do que se fala, no espaço do atendimento", prega Fernanda Otoni.

O Pai PJ está disponível 24 horas. As formas de tratamen-

to têm que estar sempre acessíveis. Fernanda Otoni relata que muitos dos pacientes judiciários que conheceram aviram antes - de várias formas - que iriam esvaziar o seu sofrimento mental pelo crime. A ferramenta mais importante, segundo ela, é a discussão de cada caso, a construção do caso clínico detalhadamente e o respeito ao sofrimento do homem. Todos os campos do saber envolvidos participam dessas reuniões semanais: psicólogos, advogados, assistentes sociais, estagiários das várias áreas, voluntários. O Judiciário é informado, passo a passo, da evolução de cada caso: da cela do manicômio ou da prisão, passando pelo atendimento psicológico nas casas dos pacientes ou nas salas do Pai PJ, nos Cersams, até o momento em que o louco retorna às ruas.

Joana [nome fictício] passou 17 anos internada num manicômio. Matou seu avô e suas tias. E não foi por falta de aviso: já dera sinais claros de sofrimento mental, mas o avô repetia que internação só sobre o seu cadáver porque sua família não tinha louco. Joana é de uma família tradicional, financeiramente resolvida. Na época, era casada. Foi o Pai PJ que a retirou da cela, há três anos. Hoje, ela conversa, entusiasmada, sorri, arruma-se, pinta os cabelos, retomou os estudos universitários, escreveu músicas e quer escrever um livro. A loucura está ali, clara, porém, ela está engajada no tecido da sociedade. Visita parentes, vai a festas; só conversa sobre o crime para dizer que fez tudo "por legítima defesa". Talvez a defesa de quem não recebeu o tratamento adequado, no

MANICÔMIO JUDICIÁRIO

PIOR o pior

do hospício
da prisão
da violência
da exclusão

Vamos mudar essa situação!
"Medida de Segurança não pode ser prisão perpétua!
Pela imediata revisão dos processos de todos os internos dos Manicômios Judiciários!"

Uma campanha das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia.

Informações:
<http://www.psicologia-online.org.br/dh.html>
ou nos Conselhos Regionais de Psicologia

momento certo. Joana, nesses tempos de furor da segurança máxima e da tolerância zero, é um caso que demonstra o resgate da humanidade que habita em cada um de nós. Como vários outros que o Pai PJ têm acompanhado. □



Pacientes cuidados pela rede do Pai PJ passeiam hoje livremente pelas ruas, moram sozinhos, namoram, estudam, desenvolvem seus talentos

MAPA DA ATUAÇÃO NOS DIREITOS HUMANOS

Os trabalhos das Comissões dos CRPs em todo o país numa perspectiva ampla de justiça, igualdade e dignidade

1 CRP 1 - DISTRITO FEDERAL, ACRE, AMAZONAS, RORAIMA E RONDÔNIA:
Participa da luta antimanicomial, do Fórum de Direitos Humanos do DF e de ações pró-saúde mental de condenados judicialmente. Participou dos debates sobre "O Parlamento Brasileiro e os Direitos Humanos" (Pnud), da reunião do Fórum Racial, na sede nacional Bahá'i, e de debates sobre a adoção de cotas étnicas nas universidades.

2 CRP 2 - PERNAMBUCO E FERNANDO DE NORONHA: Participe, entre outras atuações, do Movimento Nacional de Direitos Humanos e do Conselho Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Defesa Social do Recife; dos fóruns Nacional pela Democratização da Comunicação e dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife; da campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", e do Fórum Interinstitucional do Núcleo de Atendimento às Terapêuticas em Drogadição.

3 CRP 3 - BAHIA E SERGIPE: Apóia os movimentos sociais locais que lutam pelos direitos dos segmentos historicamente excluídos, com ênfase nas relações raciais, na luta antimanicomial, na violência, nos direitos das crianças e dos adolescentes. Prioriza, ainda, a inclusão dos direitos humanos na prática do psicólogo, no ensino e na pesquisa.

4 CRP 4 - MINAS GERAIS: Diversidade temática é a tônica dos direitos humanos nessa Comissão. Vários projetos elaborados por órgãos governamentais e não-governamentais contam com a participação de psicólogos em suas equipes interdisciplinares. Desde projetos de combate ao racismo, de atendimento à população de rua, aos portadores de sofrimento mental, à mulher vítima de violência, aos desempregados etc.

5 CRP 5 - RIO DE JANEIRO: Construção de grupos de trabalho necessários e constituição de grupos de estudo. Criação de eventos como o Fórum de Direitos Humanos e Psicologia, participação nas campanhas e eventos relevantes e realização de campanhas de fiscalização. Realização de um seminário regional de direitos humanos bianual.

6 CRP 6 - SÃO PAULO: Realiza todos os eventos previstos e indicados pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. Em 2004, foram as campanhas de incentivo às medidas socioeducativas em meio aberto, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Educação Inclusiva e a de combate ao racismo. Destaque para a realização do Ciclo "Psicologia e Preconceito Racial".

7 CRP 7 - RIO GRANDE DO SUL: A questão dos direitos humanos é uma diretriz de todas as ações desse Conselho. Incentiva a reflexão crítica sobre os modos de promoção e/ou violação inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em psicologia, intervindo em situações concretas. Realizará este ano, com a PUC-RS, o I Congresso Brasileiro de Psicologia do Consumidor - A Mídia e os Direitos Humanos.

8 CRP 8 - PARANÁ: A Comissão de Direitos Humanos do Paraná busca ultrapassar a produção de um "simples" discurso para uma prática efetiva dos direitos humanos. Tem duas vertentes de trabalho: a articulação com as comissões de direitos humanos dos conselhos regionais (campanhas nacionais), com outras áreas de atuação da psicologia e com diferentes categorias profissionais; participação e análise no âmbito das políticas públicas que garantam os direitos humanos a todo o corpo social.

9 CRP 9 - GOIÁS E TOCANTINS: Atua em parceria com outras entidades regionais e movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, buscando desenvolver projetos de luta pela ampliação da reforma psiquiátrica, atenção às vítimas do Césio 137, democratização da comunicação e pela inclusão dos grupos discriminados: criança e adolescente, negros, mulheres, índios e infratores.

10 CRP 10 - PARÁ E AMAPÁ: Participe com entusiasmo da campanha "Educação Inclusiva, uma escola mundo onde caibam todos os mundos" e promove a campanha "Em briga de marido e mulher a gente mete a colher", para discutir a questão de gênero.

11 CRP 11 - CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO: Trabalha integradamente com instituições e organizações civis. Faz parte do Forum Cearense dos Direitos Humanos e do Forum Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Participe da luta antimanicomial e da campanha da Educação Inclusiva.

12 CRP 12 - SANTA CATARINA: Participe das campanhas de Educação Inclusiva, Contra a Tortura, pela aplicação do ECA, da luta antimanicomial. Integra o Movimento de Mulheres 8 de Março para, entre outros, a defesa de liberação do aborto nos casos de anencefalia. Apoiou o III Seminário do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

13 CRP 13 - PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE: Divulgação e disseminação da aplicação de medidas socioeducativas sem a privação de liberdade, tanto promovendo o ECA como implantando o programa com esse intuito do Banco Social de Serviços.

14 CRP 14 - MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL: Faz levantamento das condições dos presídios. Participe da campanha de Educação Inclusiva e de seminários sobre direitos humanos. Integra o Fórum de Entidades Civis de Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul. Vai priorizar, este ano, as temáticas envolvidas com as questões dos povos indígenas.

15 CRP 15 - ALAGOAS: Incentiva o trabalho conjunto do psicólogo judiciário e de profissionais do Direito. É o único Estado brasileiro que tem psicólogo na Defensoria Pública, tendo promovido o I Encontro de Profissionais do Direito e da Psicologia. Quer desenvolver o Projeto Pinheiro para criar um grupo especializado em crimes impulsionados por vários tipos de discriminação, com poder de polícia.

16 CRP 16 - ESPÍRITO SANTO: Revitaliza a campanha da Educação Inclusiva até o próximo mês de maio, apontando para uma ampla percepção da inclusão social, de gênero, raça. Para isso, apresenta material de divulgação na rede de educação pública e privada de seu estado, além de levantar o que as escolas estão realizando nessa área.



O mosaico da violência

A perversão na vida cotidiana

PRADO, M. C. C. A. (org.). *Vetor*, 2004 (432 páginas)

Terezinha Féres-Carneiro^(*)

O livro organizado pela professora Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado discute a questão da violência que permeia o cotidiano do trabalho que desenvolve há 22 anos na Unidade Docente Assistencial (UDA) de Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), onde coordena os setores de terapia familiar psicanalítica e de psicodiagnóstico diferencial. A obra reúne artigos de colegas de trabalho, alunas e ex-alunas dos cursos de extensão em Terapia Familiar Psicanalítica, de especialização em psicologia clínico-institucional (modalidade residência) e de graduação em psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Os artigos apresentados abordam com ousadia as várias expressões da violência com as quais nós, psicólogos, e outros profissionais, como médicos, assistentes sociais, advogados, juizes, conselheiros tutelares etc., deparamo-nos em nossa prática. Situações sobre as quais pouco se fala e se escuta, e menos ainda, se pensa, pelo desconforto emocional e psíquico que implicam. Tais situações precisam ser pensadas para se tornarem mais toleráveis, visando à busca do aprimoramento profissional e de melhores condições assistenciais para as pessoas nelas envolvidas, ainda mais quando dizem respeito a crianças.

O livro está organizado em oito capítulos. No primeiro deles, “O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana”, Maria do Carmo de Almeida Prado ressalta como a teoria das estranhezas e o conceito de mosaico de Ued Maluf (2002) são particularmente apropriados para se pensar a complexidade do fenômeno da violência, que é plurideterminado e multicausal. Na primeira parte do artigo, a autora apresenta algumas definições de violência, sua relação com a pulsão de morte, a



Professora Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado reuniu em *O Mosaico da Violência* artigos sobre as diferentes formas de expressão da violência

função desobjetualizante e a perversão narcísica, sua participação na constituição do sujeito (violência primária) e suas expressões secundárias, enquanto violência intrasubjetiva, intersubjetiva, transsubjetiva e social, com referências à violência da autocensura e à relação entre violência, poder e dominação. Na segunda parte, são abordados o conceito tradicional de perversão, o desconforto que promove e suas origens precoces. São apresentadas quatro situações de perversão na vida cotidiana, referidas pela autora como neo-perversões, focalizando em particular a atuação dos profissionais envolvidos.

No segundo capítulo, “Atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual: alguns impasses e desafios”, Suzana Engelhard Nogueira e Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá apresentam como a questão do abuso sexual infantil se situa na contemporaneidade, discutindo algumas definições sobre esse tipo de violência e sua incidência no Brasil e no exterior. Tomando como base o referencial teórico psicanalítico, as autoras abordam alguns aspectos que estão em jogo nessa temática, como a sexualidade infantil e a perversão. São discutidos dois casos clínicos: o primeiro, relacionado a uma suspeita efetiva de abuso sexual e o impacto desse tipo de violência

sobre o psiquismo infantil, e o segundo, relacionado à possibilidade de uma falsa denúncia.

Em “Mães que choram: avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual”, Márcia Ferreira Amendola fala de mães que vivem a traumática experiência de ver seus filhos imersos numa sexualidade perversa na qual foram introduzidos pelo próprio pai. A autora discute o perfil das “mães protetoras” – mães que vivenciam e denunciam as práticas de violência a que são submetidos os filhos – através de recursos de avaliação psicológica, levantando uma hipótese diagnóstica e ressaltando a importância do trabalho do psicólogo em casos de suspeita de abuso infantil.

No quarto capítulo, intitulado “O estranho, a perversão e a criança”, Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá faz uma releitura da teoria das estranhezas (Maluf, 2002) e discute a visão adultocêntrica apresentada no decorrer da análise do conto “*O Homem de Areia*”, de E.T.A. Hoffmann (1933), abordando a teoria do trauma tal como apresentada por Ferenczi (1933) e ressalta a possibilidade de compreensão dos sofrimentos de Natanael, personagem central do conto, a partir da mesma. A autora discute questões relacionadas à perversão, tais como o cinismo, a mentira, a ironia, a ausência de confiabilidade e a insegurança que se instala a partir da desqualificação e do terrorismo que se desenvolvem em geral nos caos de violência e de abuso sexual contra crianças, visando sobretudo à revelação do trauma.

Em “Gravidez soropositiva”, Valéria Castro Chagas de Azevedo discute a questão do atendimento psicológico, de base psicanalítica, a gestantes de risco, particularmente a soropositivas, realizado em ambulatório pré-natal de um hospital público universitário. São abordadas as mudanças na terapêutica das mulheres HIV positivas a partir dos avanços nas pesquisas científicas e suas consequências para o prognóstico das mesmas e o de seus filhos. São relatados casos clínicos, enfatizando-se a trajetória dessas mulheres em busca de uma possibilidade de futuro e em sua luta pela superação do estigma social representado pela Aids.

No capítulo seis, “Violência familiar e homossexualidade: as vítimas do silêncio”, Maria de Fátima Leite-Ferreira e Maria do Carmo de Almeida Prado discutem alguns resultados de pesquisa realizada com 30 casais homossexuais, 15 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, em situação estável de coabitacão (Leite-Ferreira, 2001). São observados relatos espontâneos de expressiva violência e de situações abusivas

em suas famílias de origem – 60% das mulheres e 50% dos homens – levando as autoras a considerar a possível relação existente entre as violências sofridas na infância e suas ressonâncias na organização da identidade de gênero. A dinâmica familiar e sua relação com a formação da identidade são abordadas, ressaltando-se a questão da transmissão psíquica transgeracional.

No artigo intitulado “Drogadição, autoquiria e dinâmica *borderline*”, Juliana Peixoto Pereira discute um caso de diagnóstico diferencial. O paciente tentara suicídio por três vezes, queimava-se com cigarro e feria-se nos braços e pernas quando se sentia com raiva ou angustiado e demonstrava impulsividade contra pessoas que o frustravam. Além de já ter experimentado ácido, fazia uso de álcool, maconha e cocaína por muitos anos. No atendimento do caso, a autora empreendeu uma pesquisa visando à compreensão da psicodinâmica que levava o paciente a tão grandes maus-tratos contra si. Foram abordados os processos de separação/individuação, os estados de entranhamento, o narcisismo nas suas vertentes de vida e morte e, em seguida, a drogadição, a autoquiria e a dinâmica *borderline*.

No último capítulo, “Organizadores psíquicos e suicídio: retratos de uma autópsia psicossocial”, Fátima Gonçalves Cavalcante e Maria Cecília de Souza Minayo apresentam o estudo de três casos de suicídio, marcados por três organizadores psíquicos: a neurose, a psicose e a perversão. Os dados, obtidos numa investigação psico-socioantropológica, são tratados na interface de processos intra e intersubjetivos, dinâmicas familiares e fatores sociais. As descrições dos fatores antecedentes e conseqüentes ao auto-extermínio foram reconstituídas a partir das falas dos familiares. As histórias revelam efeitos traumáticos de rompimentos afetivos não elaborados, dificuldades no processo de diferenciação no seio da família e seqüelas da violência doméstica e da violência contra a mulher.

A excelente obra organizada por Maria do Carmo de Almeida Prado, que ressalta com cuidadosa postura ética e admirável rigor teórico-clínico como a violência se instala em mosaico formando um todo articulado, é, sem dúvida, referência importante não só para nós, psicólogos, como também para outros profissionais das áreas da saúde, da educação e do direito. □

(*) Professora titular do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (RJ); psicoterapeuta de família e casal.

E-mail: teferca@psi.puc-rio.br



Invertendo a rota...

**LIBÓRIO, R. C.; SOUSA, S. M. G. Goiás:
Casa do Psicólogo, 2004**

Karin Koshima (*)

O livro "A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões Teóricas, Relatos de Pesquisas e Intervenções Psicosociais" é uma produção da Universidade Católica de Goiás (UCG), particularmente do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj), em parceria com a Editora Casa do Psicólogo. Está inserido no Projeto de Pesquisa-Ação Invertendo a Rota, que tem como proposta desenvolver e/ou sistematizar metodologias de enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes que possam contribuir para qualificar a ação de todos os agentes sociais com responsabilidade direta ou indireta sobre a ocorrência desse fenômeno.

Oferece uma abordagem da temática da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil de forma profunda, reflexiva, crítica, comprometida e propositiva, resultando numa compilação de estudos, pesquisas e artigos sobre o tema, escritos por 20 autores, organizado por Renata Maria Coimbra Libório e Sônia M. Gomes Sousa. As organizadoras conseguiram reunir excelentes textos, escritos por nomes muito respeitados na área, e produziram um material consistente, que merece ser lido por todos aqueles que se interessam pela produção de conhecimento na área dos direitos humanos, sobretudo os direitos das crianças e adolescentes.

O fenômeno vem desafiando a sociedade ao longo do tempo, mas apenas nos últimos 15 anos (pós Estatuto da Criança e do Adolescente) a sociedade brasileira tem se mobilizado para o seu enfrentamento, num reconhecimento de que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes representa uma das piores violações aos direitos humanos, que interfere no desenvolvimento de uma sexualidade saudável, imprimindo seus efeitos perversos gerações após gerações e impedindo, muitas vezes, o acesso à direitos fundamentais, como educação, saúde e vida

estruturada em família. A obra é uma importante contribuição para esse enfrentamento e evidencia o amadurecimento das reflexões e ações voltadas para o tema.

O livro apresenta-se muito bem estruturado e transmite com muita clareza as informações. Está organizado em três partes, que integram reflexões teóricas, pesquisas e intervenções que contribuem muito para a sua assimilação. Na primeira parte, intitulada "Reflexões teóricas", foram reunidos seis textos que contextualizam o leitor acerca de categorias explicativas e políticas de enfrentamento, traçam um balanço das campanhas de combate à exploração sexual realizadas no País, apresentam a dinâmica da pornografia infantil na internet focada numa perspectiva sociológica. E, ainda, abordam criticamente e com uma linguagem didática o mercado do sexo analisado sob uma perspectiva de dominação social e de relação entre a exploração sexual e a exploração do trabalho, explicitando a inter-relação dos processos econômicos, sociais e sexuais em que a temática precisa ser entendida.

A segunda parte do livro apresenta "Relatos de pesquisas" baseados em pesquisas empíricas sólidas. Os textos introduzem a dimensão das ciências inseridas no campo da ética, onde a pesquisa é compreendida como um instrumento de aprofundamento de questões sociais que pode contribuir para a transformação de situações onde a criança e o



... de tragédias infanto-juvenis



adolescente estejam expostos a violências e exclusão.

Na terceira parte, que aborda as “Intervenções psicos-sociais”, o leitor irá se deparar com metodologias elaboradas, inovadoras e comprometidas com a proteção da criança e do adolescente em situação de exploração sexual. São relatos de experiências significativas e exemplares de vários estados, diversas instituições, formações e campos teóricos, sempre trabalhando numa perspectiva transdisciplinar que retratam como as instituições da área social e seus profissionais vêm pensando e organizando o seu saber no desafio da construção de uma prática emancipatória, provocadora e inspiradora. A diversidade de experiências contribui para uma reflexão articulada com as reflexões teóricas e produz no leitor motivação para a produção de novas idéias e desafios.

A articulação dos campos da teoria, pesquisa e intervenção proposta pelas organizadoras do livro contempla aspectos essenciais da temática. As reflexões críticas sobre as concepções e práticas produzem uma importante contribuição na produção do conhecimento, trazendo uma nova luz ao entendimento do tema e aprofundando questionamentos. Os autores manifestam um compromisso com a causa e propriedade ao abordar os temas, demonstrando rigor teórico e ética profissional que propiciam uma leitura, acima de tudo, prazerosa.

Essa obra, sem dúvida, contribuirá para o estudo, pesquisa e aprimoramento das práticas que estão em construção no Brasil e no mundo. A obra se impõe e torna-se indispensável para todos aqueles que se interessam pelos direitos humanos e buscam desde apenas uma aproximação temática aos pesquisadores que terão acesso a informações relevantes e críticas, passando pelos profissionais da área que terão contribuições importantes para a sua atuação e estudantes e pessoas interessadas apenas na compreensão do fenômeno. Em um contexto de muitas indagações e de grandes lacunas para a compreensão mais aprofundada do fenômeno, esses textos dão uma valorosa contribuição aos leitores na direção da construção de um pensamento crítico, consistente e engajado, fundamental à formação de profissionais mais qualificados e, sobretudo, de cidadãos. □

(*) Psicóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em violência doméstica pelo Laboratório de Estudos da Criança da USP, mestrandona Gestão do Desenvolvimento Local e Terceiro Setor na UFBA, coordenadora psicosocial do Centro de Defesa da Criança e Adolescente da Bahia, coordenadora do grupo de assessoria técnica do Pair (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente no Território Brasileiro), supervisora do Programa Sentinelha no Estado da Bahia.

E-mail: karinkoshima@terra.com.br

Caminhos da pesquisa, caminhos de análise

Reverberando sobre psicologia, perícia criminal e saúde mental

Julio César Diniz Hoenisch⁽¹⁾

No ano 2002, empreendemos uma pesquisa de cunho documental junto ao Centro de Observação Criminológica do Rio Grande do Sul, pertencente à Secretaria da Justiça e da Segurança do mesmo estado. Tal iniciativa foi objeto de nossa dissertação de mestrado em psicologia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na PUC-RS, e foi orientada pela professora doutora Neuza Maria Guareschi. O referido estudo voltou-se para a análise epistemológica de um campo relativamente pouco iluminado na psicologia, que trata, justamente, do cruzamento de nossa ciência com o secular direito penal. Esse processo investigativo teve origem em nossa experiência de trabalho junto ao sistema penal gaúcho em 2001. Trabalhamos no Centro de Observação Criminológica do Estado onde, à época, eram realizadas as perícias criminais. Dentro de nosso treinamento de chegada, presenciamos, naquela ocasião, duas entrevistas conduzidas por psicólogas. Os procedimentos foram pouco técnicos, com entrevistas de 15 minutos e uma argumentação epistemológica e teórica confusa. Desse episódio, resolvemos escrever nosso projeto de mestrado. Estabelecemos como objetivos para a pesquisa: a) investigar quais são e como se evidenciam os critérios utilizados pelos profissionais da psicologia, em sua perspectiva jurídica, para a produção dos laudos periciais; b) quais as concepções de sujeito e crime para esses profissionais e coerência a partir do sistema teórico preconizado por eles, dentre outros.

Diante desses objetivos, foi determinada a análise documental como método, compreendendo um estudo de natureza qualitativa, onde foram analisados 12 laudos periciais produzidos pelos técnicos do Centro no ano 2000. Os operadores conceituais/metodológicos para a analítica dos documentos foram alicerçadas na genealogia de Michel Foucault, nas práticas discursivas que engendram a produção de uma determinada política de conhecimento e verdade em um dado tempo

histórico. Agregado ao referido autor, a escolha epistemológica de paradigma conceitual do trabalho se fundamentou em autores da psicanálise francesa (Lacan), assim como da literatura psicanalítica nacional (Jurandir Freire Costa, Joel Birman etc.). Do ponto de vista da criminologia, utilizamos o referencial da vertente crítica conhecida como criminologia crítica. Os conceitos de ciência e verdade colocados na articulação epistemológica dos laudos também foram analisados a partir do “relativismo moderado”, de Thomas Khun.

A posição de política de saúde demarcada por nós foi a preconizada pelas diretrizes do CFP, sobretudo após as discussões resultantes da participação dessa entidade no II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano 2002.

Argumentos sólidos se desmangkanam no ar: breve analítica dos fundamentos epistemológicos periciais – Da analítica dos laudos, diversas categorias foram identificadas e mostraram dados extremamente controversos e relevantes para a problematização dos fundamentos de estrutura de argumentação epistemológica presentes nos laudos periciais. A criminologia pode ser considerada, assim como a própria psicologia, um campo de conhecimento com perspectivas plurais de orientação teórica e metodológica, organizando lógicas não só particulares, mas, freqüentemente, inconciliáveis. Duas vertentes de pensamento dentro desse campo merecem destaque: a criminologia clínica e a criminologia crítica (Hoenisch e Pacheco, 2002). A primeira, de viés epistemológico organizado a partir do empirismo lógico ou positivismo, busca empreender um olhar baseado nas ciências naturais, abordando o criminoso e o fenômeno criminal como fatos que devem ser compreendidos diante de uma determinada lógica de causa-efeito ou correlacional, tendo base experimental. A segunda, herdeira da chamada Escola de Chicago, ou Teoria do Etiquetamento, chama a atenção para a dimensão macro-social do fenômeno criminal, afastando-se da perspectiva individualista da criminologia clínica.



O personagem principal – Psicólogo da Silva – foi inspirado na peça de teatro homônima do psicólogo Tonio Dorrenbach Luna

ca, que vê no criminoso, unicamente, as causas do comportamento criminal (Cuñarro, 1992). Para a criminologia crítica, os fenômenos de violência e criminalidade decorrem das articulações sociais de exclusão e estão intimamente relacionadas à mobilidade social dos indivíduos dentro da esfera social. Se, por um lado, a criminalidade é compreendida como fenômeno de ordem puramente individual pela primeira, a segunda, por sua vez, partiria ao outro extremo, colocando os fenômenos de violência e criminalidade como efeito da conjuntura social e, em alguns casos, da luta de classes.

No material analisado, a perspectiva teórica utilizada pelos técnicos acha-se articulada à posição da criminologia clínica. Todavia, os fundamentos teóricos, a lógica de sustentação argumentativa, orientam-se para o viés psicanalítico, mais especificamente, a escola da Psicologia do Ego, de origem norte-americana, e amplamente difundida entre a psiquiatria e a psicologia no Brasil. A psicanálise não comprehende um bloco monolítico único, mas diversas leituras e versões do texto freudiano. De maneira simplificada, poderíamos reconhecer três grandes correntes psicanalíticas: a escola francesa, a escola inglesa e a americana. Na primeira, o estatuto epistemológico, proposto por Jacques Lacan, centra sua proposta de leitura sobre a semiótica e a lingüística saussureana; a escola inglesa, também conhecida como Escola das Relações Objetais, tem em Melanie Klein e Winnicott dois de seus maiores integrantes, voltada para as relações arcaicas com a mãe e as ditas relações de objeto e, finalmente, a referida escola americana se apresenta com Kris e Hartmann e Anna Freud. Tal linha de pensamento centra-se no ego (eu), argumentando a existência de áreas do ego sem conflito e enfatizando que as funções do ego, consideradas fundamentais, trazem em sua finalidade, a adaptação à realidade.

Como afirma Birman (2001), a psiquiatria, desde seus

primórdios, esteve atrelada ao campo epistemológico da psicanálise, e só recentemente, através das neurociências, foi abandonando esse referencial. Para tanto, foram necessárias algumas alterações significativas no corpo conceitual freudiano, realizando o deslocamento do objeto psicanalítico do inconsciente para o ego, desconsiderando a pulsão de morte e exacerbando o conceito de realidade (Roudinesco e Plon, 1998). Nos documentos analisados, entretanto, a argumentação utilizada mostra-se com diversas incoerências. De maneira geral, os técnicos trabalham com a idéia de que o ego do detento é capaz de “amadurecer” nas condições prisionais brasileiras, solicitando desse amadurecimento e reflexão com a experiência de aprisionamento. Segundo as argumentações, o ego dos infratores seria “imatura e infantil”. Todavia, “maturidade” e “infantilidade” não são conceitos científicos, menos ainda psicanalíticos. Espera-se que o sujeito seja capaz de amadurecer com a experiência prisional e manifestar culpa e arrependimento em relação ao delito praticado.

Várias passagens dos laudos indicam que o preso estaria em condições de vida prisional ótimas, praticamente uma escola onde ele deveria desenvolver-se.

“Seu ego se apresenta imatura e infantil, sem possibilidade de crescer com a oportunidade de reflexão que o aprisionamento oferece, não sabendo aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas”.

Não é, todavia, o que os relatórios das caravanas de direitos humanos têm referido quanto às condições carcerárias brasileiras (Relatório Azul, 2001).

Também a exigência de adaptação à realidade traz problemas graves a serem resolvidos pelo detento para obter sua mudança de regime prisional, pois seu discurso não pode ser discrepante do escrito no processo.

A verdade posta nas peças processuais, portanto, indica que a realidade incontestável e a palavra do detento, desde sua

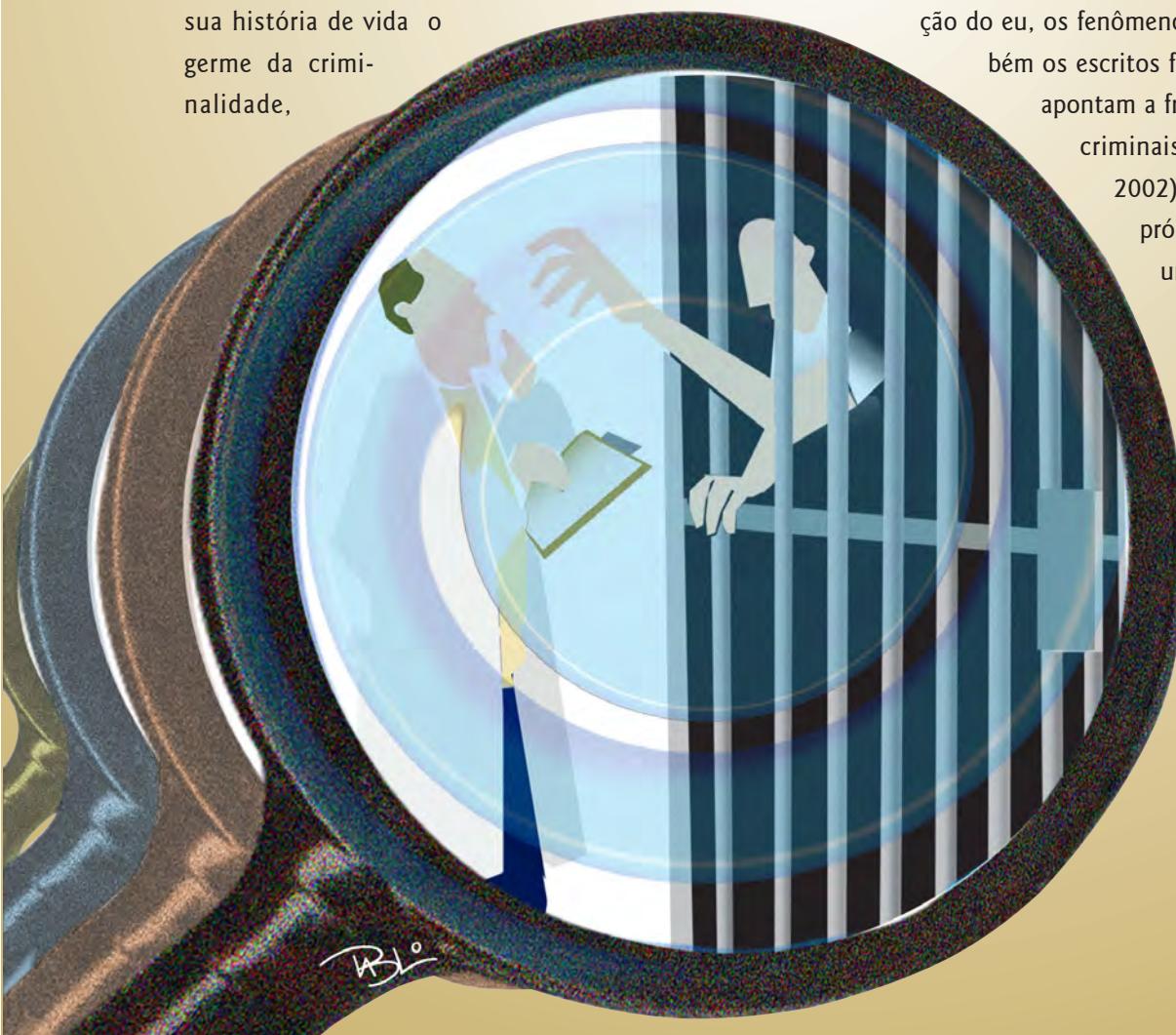
gênese, são um discurso inverídico. Como produzir uma avaliação psicológica sólida sem a cooperação do entrevistado e já com sua palavra considerada natimorta? Os laudos processuais não apresentam indício de preocupação com essa dimensão em função de sua perspectiva a-histórica e abstrata de homem/sujeito. Se, por outro lado, nos dedicarmos à reflexão sobre o conceito de verdade na teoria psicanalítica, os problemas de coerência argumentativa se ampliam consideravelmente. Segundo Rauter (1989), em quaisquer outras condições de avaliação diagnóstica, o esperado é uma relação de confiança mútua entre o profissional e o avaliado, onde a verdade é a verdade do discurso, é a realidade psíquica que está em questão. Dessa maneira, a tentativa de apoio dos laudos técnicos nas proposições psicológicas com ambições científicas acaba revelando proposições etnocêntricas: seja limpo, escolarizado, com um discurso afetivo padronizado e um modelo de família tradicional e patriarcal, ou seja, a complexidade do fenômeno criminal não está presente na construção dos pareceres psicológicos, de forma que os técnicos apelam à visões próximas do senso comum para construírem suas posições favoráveis ou desfavoráveis ao pleito.

PARA ENCERRAR: O MUNDO DA INTERNAÇÃO – Da análise dos documentos selecionados, foi possível observar que os laudos técnicos operam com princípios tautológicos de investigação: se o técnico tem um criminoso em sua frente, deve buscar na sua história de vida o germe da criminalidade,

tal como a argumentação dos psiquiatras no caso Pierre Rivière, analisado por Foucault, onde o fato de o apenado decapitar repolhos passa a ser um signo de sua maldade e loucura nascente (Foucault, 1977). Assim, os fatos criminais ressignificam a história e a história mostra que os fatos só poderiam resultar no ato criminoso, ou melhor dito, segundo os laudos, em um TASP (Transtorno Anti-Social de Personalidade). Nessa organização analítica, os pareceres voltam-se para uma lógica da internação como capaz de “curar” o criminoso ou uma pretensa personalidade criminal. Argumenta-se que o apenado deve continuar preso para o seu próprio “bem”. Volta-se à mesma lógica dos princípios da psiquiatria convencional: o indivíduo deve ficar recluso para que melhore para voltar à sociedade. Mas, na medida em que o manicômio era cronificante, acarretando a piora do paciente, mais reforçada estava a idéia de que o saber psiquiátrico estava certo: o curso degenerativo da morbidade estava reafirmando a hipótese da gravidade do doente. De maneira análoga, os técnicos adotam a mesma perspectiva.

A lógica da internação e enclausuramento do apenado, assim como a do portador de sofrimento psíquico grave, é tratada quase como uma resposta “natural”, tributária da crença de que a prisão pode trazer melhorias à personalidade do detento. Para essa construção, os laudos desconsideram a perspectiva já apontada por Goffman (2001) sobre a mortificação do eu, os fenômenos de despersonalização etc. Também os escritos foucaultianos, que exaustivamente apontam a fragilidade da produção das perícias criminais, são desconsiderados (Foucault, 2002). A lógica utilizada na produção da própria finalidade da perícia resulta em uma lógica manicomial, de construção epistemológica frágil, discutível do ponto de vista da ética do profissional psicólogo, que deve zelar pela vida. Onde quer que essa vida se encontre. □

(*) Psicólogo, especialista em saúde pública, mestre em psicologia pela PUC-RS, professor da Universidade Tiradentes (SE).



Com pé, peito coração

Tâmara Braga Ribeiro (*)

Bicho..." conta a história de um relacionamento difícil. Um adolescente (Neto) e seu pai, Sr. Wilson. Nada incomum, não fosse o pai resolver colocar seu filho em um manicômio. Um anjo rebelde desce ao inferno. E de lá não sairá sem antes ser queimado vivo. Mas, que mal comete esse garoto para cair na fogueira? Fuma alguns baseados, picha muros, discute com os pais, viaja sem permissão, namora e anda de skate pelas ruas de uma cidade grande. Essas experiências juvenis assumem uma proporção absurda quando ocorrem numa casa sem diálogo. O pai, autoritário, e receoso de ver seu filho tornar-se um viciado em drogas, interna-o. E o manicômio escolhido é um inferno daqueles: um lugar fétido, com enfermaria lotada, médicos incompetentes e omissos, enfermeiros sádicos, doentes sedados e eletrochoques. Nenhuma condição de higiene e menos ainda de tratamento. Um pesadelo sem fim. A princípio, o garoto mal entende o que está fazendo ali. Tenta relacionar-se com outros internos, tomar seus medicamentos e, aos poucos, vai se tornando um ser bizarro, inchado, sem vontade própria, desprovido de livre arbítrio.

Domesticado, recebe alta. E de tão desestruturado não consegue conviver no seu meio social. Discriminado, perde os amigos, a namorada, entra em crise, é preso pela polícia e novamente internado. O filme de horror se repete. Novamente, ele consegue sair, mas o caminho é sem volta. Neto, seu pai e sua família estarão para sempre marcados.

"Bicho de Sete Cabeças" é baseado em um relato autobiográfico. Austregésilo Carrano, o autor do livro "O Canto dos Malditos", foi internado na década de 70 por seu pai, em um hospital psiquiátrico de Curitiba. Essa experiência terrível fez dele um militante do movimento antimanicomial no Brasil.

A diretora Laís Bodansky é filha do cineasta Jorge Bodansky, responsável por obras-primas do cinema brasileiro ("Iracema" e "Os Muckers") e pelo desenvolvimento de uma narrativa cinematográfica ficcional próxima do documentário. Provavelmente, é nessa fonte que Laís Bodansky bebeu. Seu filme tem a veracidade de um documentário. O ritmo rápido é marcado por uma trilha sonora contundente de André Abujamra e pelo elenco de

Não dá pé, não tem pé nem cabeça
Não tem ninguém que mereça, não tem
coração que esqueça
Não dá pé, não tem pé nem cabeça (...)
Não tem jeito mesmo
Não tem dó no peito, não tem nem talvez
Ter feito o que você me fez, desapareça
Cresça e desapareça
Não tem dó no peito, não tem jeito
Não tem ninguém que mereça,
não tem coração que esqueça
Não tem pé, não tem cabeça
Não dá pé, não é direito
Não foi nada, eu não fiz nada disso
e você fez um
Bicho de sete cabeças

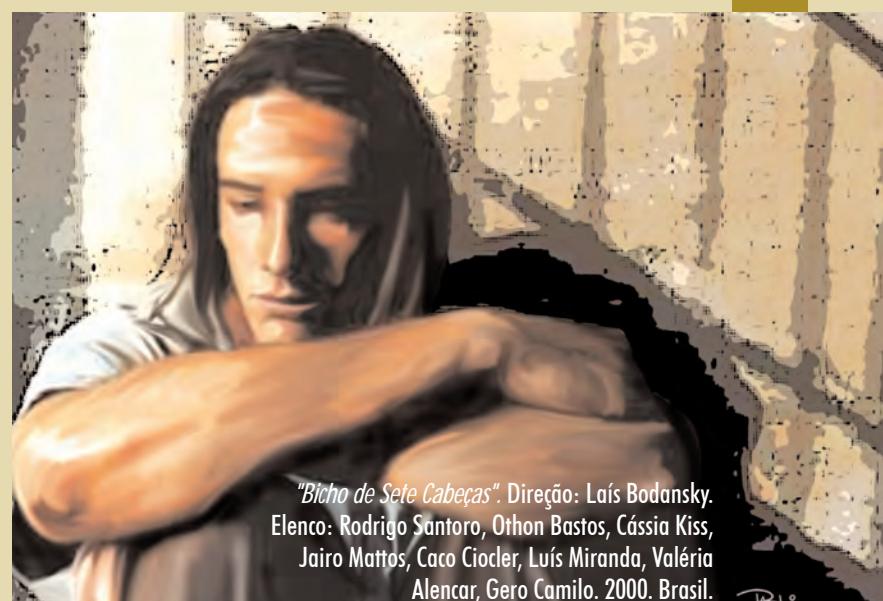
Música de Geraldo Azevedo, Zé Ramalho
e Renato Rocha, interpretada por Zeca Baleiro

grandes atores, destacando a excelente interpretação do então estreante Rodrigo Santoro.

Mas "Bicho..." não é só um filme acerca de um drama individual e familiar. É uma denúncia sobre tratamentos aplicados nos hospitais psiquiátricos, o abandono dos doentes e a perda de todos os seus direitos. Os anos 70 se foram e, com eles, os piores hospícios. Desde então, muitas mudanças ocorreram no sistema de saúde, com a melhoria de hospitais e da formação dos profissionais de saúde mental.

Mesmo assim, a história contada no filme é ainda hoje, infelizmente, uma história atual. O agravamento das condições sociais tem levado inúmeros jovens ao uso e tráfico de drogas. Esses garotos e garotas, quando não são mortos ou presos, são internados em manicômios judiciais e/ou em casas de tratamento para viciados. Muitos desses lugares não oferecem tratamento adequado. Cabe ao Estado, aos profissionais de saúde mental, às suas associações e conselhos a fiscalização permanente para que casos como os vistos no filme não se repitam indefinidamente.

"Bicho de sete cabeças" é também esse alerta. □



"Bicho de Sete Cabeças". Direção: Laís Bodansky.
Elenco: Rodrigo Santoro, Othon Bastos, Cássia Kiss,
Jairo Mattos, Caco Ciocler, Luís Miranda, Valéria
Alencar, Gero Camilo. 2000. Brasil.

(*) Psicóloga, mestre em educação, documentarista, fundou as salas de cinema Belas Artes, Ponteio e Cinemas Jardim, em Belo Horizonte, realizando diversas mostras cinematográficas e lançamento de filmes.

violência racial

A história precisa ser recontada

Apsicóloga Edna Maria Santos Roland assumiu a Coordenação de Combate ao Racismo da Unesco em maio de 2003. Antes, em 2001, teve um bem sucedido desempenho como relatora da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Intolerância Conexa, em Durban, na África do Sul. A pesquisadora maranhense viveu uma saga tipicamente brasileira antes de se tornar crítica dos papéis sociais desempenhados pelas classes em confronto no País. A mi-

litância na psicologia se originou na sua atuação política no período do regime militar. Suas experiências na universidade e no campo prático levaram-na a mergulhar nas raízes das desigualdades. Deparou-se com a realidade dos conflitos camuflados da opressão racial. Segundo ela, uma característica da formação social do Brasil é a maneira como o racismo se produz e se reproduz. “Para que ele exista, é fundamental o ocultamento dessa forma de relação e expropriação, é necessário que se transfigure, não apareça como tal”.

DIÁLOGOS - Antes de sua militância na psicologia, no campo das questões raciais, a senhora viveu situações desconfortáveis. Como foi essa trajetória?

– **EDNA ROLAND** – Minha vida é uma série de migrações. Não fui diretamente do Maranhão para São Paulo. Passei por diversos estados, primeiro o Ceará, depois, Goiás. Nessa época, cheguei a morar um ano nos Estados Unidos como bolsista. Posteriormente, fui para o curso de psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais e, então, fui para São Paulo. Até Goiás, fui migrante com a família. Depois disso, fui sozinha.

Para São Paulo, fui por motivos políticos. Era a época da ditadura, havia risco de ser presa. Pertencia à uma organização política de esquerda.



DIÁLOGOS - Como a senhora chegou à Unesco e à essa área?

– **EDNA ROLAND** – Minha história de militância começou, na verdade, com 14 anos, em um grupo de jovens da Igreja; depois, no movimento estudantil e na militância clandestina. Foram cinco anos na clandestinidade em São Paulo. Depois, quando se iniciou o período de abertura política, busquei outros espaços de atuação. Principalmente, no movimento popular. E, finalmente, no mestrado na PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), escolhi como tema da minha pesquisa o emprego doméstico.

Havia pouca pesquisa sobre isso. Queria estudar as relações entre patroas e empregadas e, nesse momento, coloquei a questão racial em cena. Já havia uma identidade

de me considerar negra desde a adolescência, mas foi a partir do mestrado que esse tema passou a ser central nos meus estudos. A academia me levou à militância. Faço sempre uma observância entre o estudo, a pesquisa e a militância política. São duas coisas sempre presentes em minha vida, como um pêndulo, passando de um lado para o outro.

DIÁLOGOS - Há a crítica de que as pessoas não vão para a academia e da academia não vão para o movimento político, ficando isoladas. O que isso tem de verdade? A senhora falou que foi estudar a questão da empregada doméstica e isso a levou para a questão da raça. O Brasil chegou muito tarde aos novos movimentos sociais, não é?

– **EDNA ROLAND** – Primeiro, creio que é importante compreendermos, de um lado, a formação da sociedade brasileira, e de outro, a formação da esquerda brasileira. Uma característica da formação social do Brasil, que é comum também aos países latino-americanos, é a forma como o racismo se produz e se reproduz. Para que ele exista, é fundamental o ocultamento dessa forma de relação e expropriação, é necessário que se transfigure, não apareça como tal. Em países como os Estados Unidos e a África do Sul, a formação se baseou em relações de raça, que foram definidas legalmente, institucionalizadas. As leis de limitavam os lugares dos negros e os lugares dos brancos nos ônibus, banheiros, escolas. Tudo muito bem definido. A norma jurídica foi instrumento fundamental de definição de lugares sociais. No caso do Brasil e dos países de formação hispânica, para que as relações de opressões raciais possam existir, o fundamental é a internalização do lugar de oprimido e o lugar de opressor. Não está escrito nas leis e nas instituições.

DIÁLOGOS - Mas o racismo tem seus métodos. Quais são eles, no caso brasileiro, levando em conta as dificuldades de provar uma atitude segregacional, o que requer um verdadeiro malabarismo jurídico e, às vezes, até político?

– **EDNA ROLAND** – São mecanismos psicossociais que garantem a sustentação, a manutenção e a continuidade dessa relação desigual. Os brancos, desde que nascem, aprendem que são naturalmente superiores, estão naturalmente no lugar de mando, no lugar de dignidade,

de determinação da vida social. E o negro aprende que seu lugar é subalterno. A ideologia da sociedade funciona para a reprodução desses lugares, e é um método muito mais eficaz: cada indivíduo internalizando essa concepção de mundo e se colocando dessa forma, sem precisar de lei, de polícia ou de qualquer outro mecanismo de submissão. É

muito mais complexo e difícil desmontar uma estrutura de exploração e de opressão que está baseada na internalização de um lugar subalterno e de um lugar de supremacia, do que o que se constrói a partir de mecanismos represivos externos que são visíveis, que podem se constituir em alvos a serem destruídos. Não por acaso, o sistema de segregação racial dos Estados Unidos começou a ser desmontado na década de 60 do século passado.

DIÁLOGOS - Por que estamos tão atrasados?

– **EDNA ROLAND** – Porque é muito mais sofisticada, mais eficiente, a maneira com que o racismo se reproduz no Brasil. Há toda uma lógica interna em que a vítima é completamente presa nessa rede de que os lugares sociais estão demarcados. Tudo é classe. O problema é de pobreza, não é racial. É extremamente exaustivo desmontar esse discurso e recolocá-lo o tempo inteiro porque é lógico. A pobreza não é causa, é resultado. A pobreza pode ser causa para uma série de coisas, mas é fundamentalmente produto, resultado. Ninguém é pobre por natureza. As pessoas são pobres porque foram induzidas à pobreza. E o racismo existe exatamente para expropriar os grupos discriminados do acesso a todo e qualquer recurso. Um grupo que domina o poder em uma sociedade como o Brasil se apoderou de todos os recursos sociais: terra, capital, educação, serviços públicos, do sentido do que é belo.

DIÁLOGOS - Então, quer dizer que não há espaço da

“Já havia uma identidade de me considerar negra desde a adolescência. Mas foi a partir do mestrado que esse tema passou a ser central nos meus estudos”



vida social que tenha sido deixado para os outros, no qual se diga: 'Aqui vocês podem viver felizes e contentes'?

– EDNA ROLAND - Não! Há um domínio quase que absoluto porque não há domínio completo. As pessoas podem questionar e até dizer que o Brasil possui a sociedade mais desigual. Mas, e aí? Você está disposto a que? Quais são os anéis que você está disposto a entregar para que deixemos de ser uma das sociedades mais desiguais do planeta? Então, essa questão da desigualdade no Brasil é vista como problema de pobreza, de concentração de renda. Colocam-se conceitos abstratos como se fossem muito evidentes, de fácil compreensão e medição, mas a questão 'porque as coisas são assim, porque a sociedade é tão desigual', permanece e todo mundo dorme em paz. Por quê as pessoas são capazes de dormir tão tranqüilamente assistindo à verdadeira guerra civil vivida no Brasil?

DIÁLOGOS - As questões raciais parecem estar naturalizadas entre jovens de todas as classes sociais. Ao mesmo tempo em que começamos a explicitar a desigualdade, há todo um trabalho contrário ao debate das diferenças.

– EDNA ROLAND - Nisso, há o objetivo de diluir a questão. Quando a questão da discriminação racial é transmutada no tema da diversidade há um grande risco de que isso perca a contundência, a seriedade e a gravidade. Se vai falar de diversidade, há uma lista infinita de questões que podem ser consideradas. Atribuo à questão de gênero, sem dúvida, uma importância semelhante à racial. Há outras questões, como a de orientação sexual, que é grave também, mas diferente. Não podemos considerar essas questões da mesma natureza e da mesma relevância. Enfim, podemos falar da questão de geração, dos gordos, dos belos ... Assim, parece que você fragmenta o problema de tal maneira e perde-se o foco daquilo que realmente é fundamental: a questão estrutural que constitui essa sociedade.



"No Brasil, para que as relações de opressões raciais possam existir, o fundamental é a internalização do lugar de oprimido e o lugar de opressor. Não está escrito nas leis"

É importante rever essa idéia. Se você retirar do Brasil o impacto da temática racial e a questão de gênero, a sociedade se transforma em outra. Essas duas estão na base para que esse "paraíso" da pequena élite se mantenha, é preciso que isso se assente sobre essa forma brutal, desumanizadora, de constituição de nossa sociedade.

DIÁLOGOS - A senhora disse que o racismo institucionalizado é menos difícil de combater do que na forma como ele se dá no Brasil. Aqui não está configurada uma ação de caráter subjetivo, das elites...

– EDNA ROLAND - Precisamos ter isso claro como água, senão, não compreendemos o que é o Brasil. Em 2004, as Nações Unidas estavam comemorando os 200 anos da Revolução Haitiana; este ano, foi

proclamado o Ano Internacional da Luta Contra a Escravidão e sua Abolição, porque 200 anos atrás, em 1804, se iniciou o processo de abolição nas Américas, e, através de uma revolução, os negros haitianos proclamaram a independência e acabaram com a escravidão no Haiti. O último país a abolir a escravidão foi o Brasil, em 1888. Temos esse anti-troféu: 84 anos mais. Em outros países, a abolição se deu por processos de luta pela independência, como o caso dos países andinos, nos Estados Unidos, houve uma guerra civil, e, no Brasil e em Cuba, os processos foram os mais lentos. Houve lutas importantes no Brasil, mas a história não conta. Fala apenas que houve a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel.

DIÁLOGOS - Evitando naturalizar as diferenças, como a psicologia pode examinar as questões de raça e contribuir para mudar a visão que se tem desse processo?

– EDNA ROLAND - Há setores dentro da psicologia que realizam essa crítica. A psicologia e a antropologia foram instrumentos fundamentais de dominação, de justificação, durante anos. Por outro lado, oferecem-nos um referencial interessante para compreendermos que todo o conhecimento

mento é situado historicamente do ponto de vista da cultura sob a qual é produzido. Portanto, a crítica desses referenciais é instrumento fundamental para que possamos sair dos lugares onde estamos colocados e podermos pensar outras possibilidades. Isso significa que a psicologia, ao mesmo tempo em que pode ser esse instrumento de justificação, pode também funcionar como instrumento para um processo de liberação desenvolvendo conceitos para demonstrar que há várias formas de inteligência, como em cada grupo humano, em cada momento da história, foi e é capaz de resolver os problemas que necessita superar para sua sobrevivência. Compreender esses mecanismos, como se dá o processo de construção do sujeito, a internalização das normas sociais, podem ser contribuições da psicologia, produzindo instrumentos a serem utilizados pelos grupos que estão em situação de extrema opressão.

DIÁLOGOS - Mas a solução não estaria só nas pesquisas ou estudos técnicos...

– **EDNA ROLAND** – Acredito que o conhecimento científico tenha um papel importante de construção de novas visões, mas, enquanto profissionais, temos que saber as limitações que esse conhecimento contém. É preciso que reconheçamos também outras formas de conhecimento produzidas para além da ciência. É fundamental para que possamos reconhecer e valorizar os conhecimentos produzidos por outras civilizações. Sempre é fundamental saber quem a produz, as condições em que é produzida. Além disso, há que reconhecer que há outras formas de se produzir conhecimento, a partir da vida prática. É outra tarefa que também cabe ao psicólogo recuperar.

DIÁLOGOS - Poderia dar algum exemplo de projeto que, no Brasil, esteja em curso e que possa mostrar ao psicólogo práticas de superação das desigualdades?

– Edna Roland – É muito raro a psicologia participar de formulações políticas públicas nessa área das diferenças. Inicialmente, fui convidada para trabalhar com a temática do racismo e da discriminação. Na prática, foram ampliando as atribuições, e também devo cuidar da temática de gênero. Para este ano de 2004, meu trabalho se centrou na questão do ano internacional da comemoração da luta contra a escravidão e sua abolição, e viemos trabalhando com uma série de parceiros do governo brasileiro na realização de um seminário internacional chamado "Saída da Escravidão e Políticas Públicas". Deveria ter sido realizado agora em dezembro, mas em função de muitos especialistas não terem podido confir-

mar sua participação, adiamos para o final de fevereiro. Através desse seminário, buscamos promover essa reflexão sobre a qual estivemos conversando, tentando focalizar as diferentes formas pelas quais países da região saíram da escravidão debatendo que políticas públicas aplicar.

DIÁLOGOS - E como foi a atuação do Brasil nesse contexto?

– **EDNA ROLAND** – O Brasil não somente apresentou políticas de inclusão, mas teve políticas de exclusão. Quando o País decidiu promover a imigração europeia porque não interessava trazer grupos asiáticos, considerados inferiores, foi uma política com intuito claro de branqueamento da população, financiada pelo capital privado e pelo Estado, afirmando que o negro era incapaz para o trabalho livre, substituindo uma população por outra. Em 30 anos, o Brasil importou mais europeus do que africanos, durante três séculos. O nosso objetivo é estimular os países da América Latina a reconhecer essa realidade, a refletirem sobre isso e a buscarem políticas de formulação. Tenho um papel nacional no Brasil e trabalho muito próxima da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Sepir). Então, desde o ano passado, trabalhamos na formulação de um projeto de cooperação, projeto assinado no final do ano e que começou a ser implementado a partir de janeiro de 2005. A Unesco está oferecendo cooperação à Secretaria para que possa executar diversos projetos relacionados às ações afirmativas, a comunidades de remanescentes de quilombos e em outras áreas. Em 2005, trabalharemos muito em um estudo sobre desigualdades de gênero na América Latina e no Caribe, especificamente no Poder Judiciário, buscando explicar os mecanismos da quase total ausência de mulheres nas altas cortes nos países da América Latina. Se pudermos compreender os mecanismos que atuam para que as mulheres sejam excluídas dos tribunais superiores, poderemos promover o debate na sociedade e abrir espaços para que a democracia possa ser produzida no interior do Judiciário.

"Ninguém é pobre por natureza. As pessoas são pobres porque foram induzidas à pobreza. E o racismo existe para expropriar os discriminados do acesso a qualquer recurso".



DIÁLOGOS - Como está o seu trabalho na Unesco atualmente?

- **EDNA ROLAND** - No momento, estou trabalhando no planejamento das atividades para 2006 e 2007. No campo de combate ao racismo e discriminação social, possivelmente, o principal projeto que iremos desenvolver será o de um banco de dados acerca de políticas de promoção de igualdade racial, com ênfase para as políticas de ações afirmativas. Pretendemos criar toda uma rede de pontos focais na região da América Latina e Caribe que possam coletar as informações para alimentar esse banco de dados. Pretendemos, então, analisar as experiências e disseminá-las para estimular os governos, o setor privado e a sociedade civil a implementar as políticas que possam promover a superação da desigualdade racial. Estou bastante entusiasmada com essa idéia e estou submetendo-a a diversos colegas.

DIÁLOGOS - As questões racial e de gênero fazem parte do que chamamos humilhação social. O professor José Moura, da USP, orientou a tese do gari, discutindo esse assunto. A senhora já sentiu na pele algum tipo de discriminação, algum tipo de humilhação social relacionada ao racismo?

- **EDNA ROLAND** - Creio que, em uma sociedade racista, será difícil encontrar um único indivíduo que pertença a um grupo discriminado que possa nunca ter sofrido discriminação. Mas, a negação de ter sofrido discriminação é freqüente. A dor de sofrer a discriminação é tão profunda que as pessoas preferem negar que sofreram. Da mesma forma, como no Brasil não são encontrados racistas, não são encontradas pessoas que reconheçam o sofrimento da discriminação. Meu pai, meu vizinho, mas eu, não. Eu sofri diversas experiências. A matriz básica fundamental que permitiu a construção da minha identidade racial foi a partir da experiência da discriminação. É uma experiência fundamental para a construção de uma consciência racial. Recordo-me desde experiências de criança, ao perceber tratamentos desiguais. Minha família pode ser considerada



"A psicologia, ao mesmo tempo em que pode ser instrumento de justificação, pode também funcionar como instrumento para um processo de liberação"

de classe média. Meu pai era um contador de nível secundário. Minha mãe trabalhou antes de se casar. Ajudava meu pai em uma pequena loja que ele possuía. Minha família é multiracial e recordo-me da percepção de diferenças entre as crianças dentro da minha família, onde havia primos brancos de olhos claros. Então, a diferença começou dentro da família; depois, já trabalhando em centro de saúde, onde havia uma hierarquia profissional: primeiro o médico, depois o psicólogo e depois o assistente social. Quando as pessoas chegavam ao centro de saúde e estávamos eu e minha colega assistente social, dirigiam-se a ela, porque era mais natural ela ser a psicóloga. E sofri situação de violência racial com a polícia em São Paulo. Cheguei a ser detida. Tinha um carro. Nessa

época, participava da primeira organização negra que ajudei a fundar. Estávamos vindo de um ensaio desse grupo afro e meu fusquinha estava cheio de negros. Na Avenida Paulista, domingo, oito horas da noite, próximo ao Masp, parei para eles descerem e a polícia parou atrás de mim. Dois policiais chegaram com armas apontadas para nossas cabeças. Reagimos, questionamos a atitude. Eles, pelo rádio, pediram reforço e vieram sete viaturas da Rota, pela contramão da Avenida Paulista. Ficamos cercados por policiais armados. Fomos chutados. Eles queriam que encostássemos na parede. Não fizemos, perguntamos se o motivo era ter visto um carro cheio de negros e, por isso, julgados bandidos. Eles diziam que não se tratava disso, que estavam fazendo uma operação. Depois de muito bate-boca, fomos todos detidos. Revistaram meu carro. Ao chegar à delegacia, ficamos lá por muito tempo enquanto checavam os documentos de todos. Depois de longo tempo, eles nos liberaram sem fazer nenhum registro do incidente. No dia seguinte, voltamos ao mesmo distrito policial, em um carro oficial da vereadora Haidé Cardoso,

acompanhados de advogado. Ali nos identificamos como militantes, encontramos os mesmos policiais e registramos uma queixa de racismo e de abuso de autoridade. Isso gerou um processo, fomos chamados para dar depoimentos. E, nesse dia, mobilizamos toda a mídia de São Paulo. Eles ficaram apavorados e chamaram o comandante. Questionamos a atitude dos policiais, que tiveram registro em suas fichas e foram detidos. Enfim, foi quando o movimento negro de São Paulo começou a reagir contra a violência policial. No Jardim Ângela, ainda não dá para fazer isso, porque, se não houver testemunhas, corre-se o risco de ser morto. Mas, em situações públicas, a polícia de São Paulo não tem mais condições de fazer o que fazia.

DIÁLOGOS - Nos Estados Unidos, quando há um descendente negro na família, chamam-no de afro-americano. No Brasil, esconde-se essa descendência...

– **EDNA ROLAND** – Foi também um mecanismo de controle populacional. A miscigenação aconteceu e acontece tanto nos Estados Unidos quanto na África do Sul e também no Brasil. Na África do Sul, era considerado ilegal, mas acontecia. O que a sociedade faz com o produto dessa união inter-racial? Na África do Sul, definiam como um terceiro grupo, que sofria também discriminação, menos agravada do que a que os negros sofriam. Havia na África do Sul, durante o *apartheid*, a possibilidade de o indivíduo mudar de classificação racial. Nos Estados Unidos, a regra é birracial, e está se transformando. O processo de classificação racial nos Estados Unidos está caminhando para a forma de classificação do Brasil. Lá, você tinha o branco ou o negro, havendo um percentual para ser considerado um ou outro. A tendência dessa situação era haver miscigenação. Em havendo miscigenação, é negro. No Brasil, como havia uma pequena parcela de população branca e uma massa de negros durante a colonização, como os brancos podiam controlar toda essa escravaria? Então, a miscigenação foi um instrumento de controle nesse sentido, porque gerava uma nova parcela da população e criava regras diferenciadas. Para os que são miscigenados, poderiam ser oferecidos alguns privilégios, alguns direitos, e ia-se diferenciando essa população da grande massa negra. Com isso, atraia-se uma parcela da população para apoiar interesses da pequena minoria branca que controlava o País. Assim, produzia-se a ideologia do branqueamento a partir das necessidades dadas pela proporção desigual entre negros e brancos. É claro

que, no Brasil, pessoas de origem étnica negra não se dizem brancas e podem ser consideradas brancas. Isso é produto de uma história.

DIÁLOGOS - Como lidar com os resultados das pesquisas sobre a diversidade?

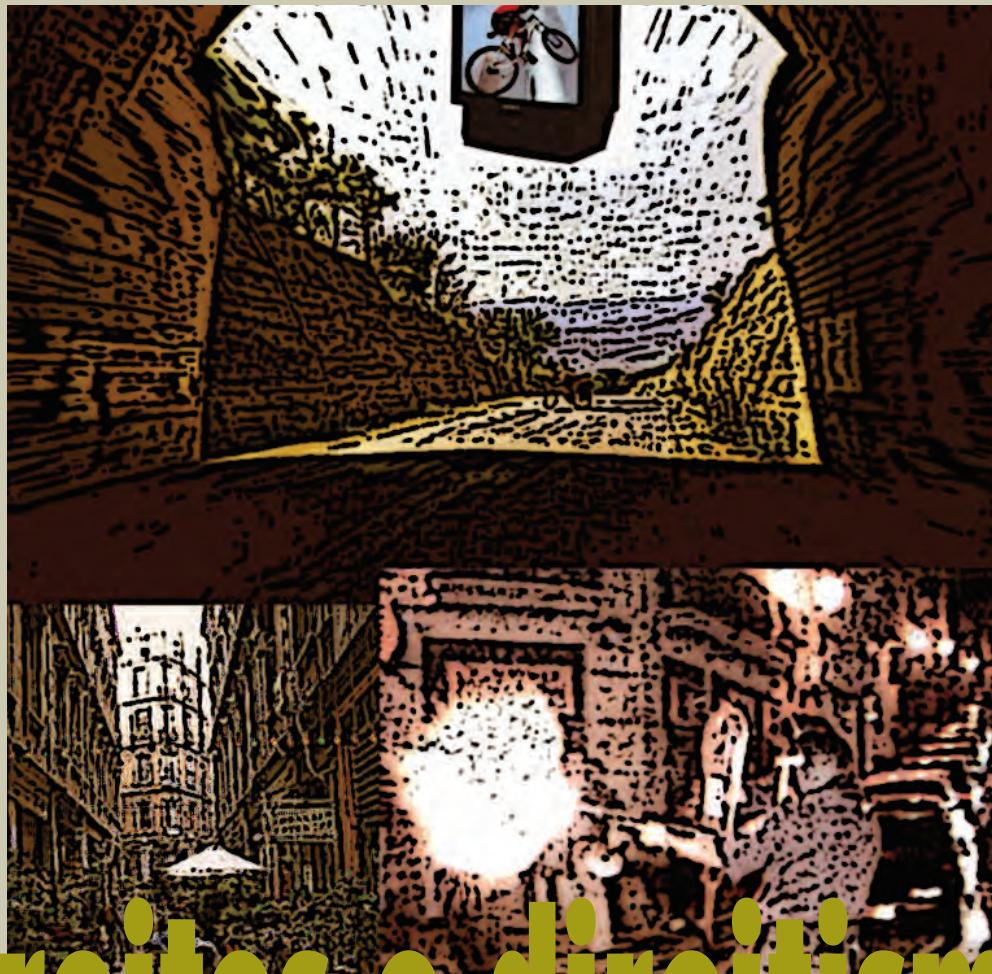
– **EDNA ROLAND** – Dependendo de como as categorias são construídas e do trabalho de conscientização realizado, os resultados são diferentes. No último censo, aumentou o percentual de pretos. O que isso significa? Houve crescimento populacional daquele grupo anteriormente menor ou aumentou a consciência racial da população brasileira? Reduziu a miscigenação no Brasil? Está havendo um crescimento de casamentos intra-raciais? A metodologia aplicada foi diferente? Enfim, há várias possibilidades. Mas, uma das idéias dos estudos sobre as categorias do censo é que os censos são como eleições. Tem que se ganhar. Há toda uma disputa política em relação às categorias para se saber quais são os resultados, porque, dependendo deles, vão ser geradas políticas públicas, orçamento.

"Em toda a mídia apareceu estampado que não somos um país de esfomeados, e, sim, um país de obesos. Como se divulga isso dessa forma?"



DIÁLOGOS - A senhora percebe, como muitos, algum problema específico derivado desse certo processo de branqueamento da população?

– **EDNA ROLAND** – No momento em que grande parcela da população negra no Brasil tiver acesso a essa idéia, compreender que não declarar-se como negro significa que não teremos recursos públicos para combater a desigualdade no Brasil, vão faltar recursos para a escola e para a educação, poderemos começar a mudar a tendência do branqueamento. Essa história da manipulação do censo é muito séria. Em toda a mídia apareceu estampado que não somos um país de esfomeados, e, sim, um país de obesos. Como se divulga isso dessa forma? Isso é irresponsabilidade. A obesidade pode conviver com populações de baixa renda. A população negra nos Estados Unidos tem alto índice de obesidade porque se alimenta mal. □



Direitos e direitismos das práticas psi

"Existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente: sobre esta chaga pululam os psicólogos e os pequenos funcionários da ortopedia moral".²

Mendonça Filho (*)

Aimagem que se tem dos dias atuais é a de um tempo de violência e injustiça social, em um grau que seria 'muito elevado' em comparação com outras épocas. Ao mesmo tempo, e um pouco estranhamente, nunca se ouviu tanto falar em direitos humanos. A noção de direitos humanos surgiu como 'Direitos do Homem e do Cidadão' na época da Revolução Francesa de 1789. Então, a idéia defendida era limitar o exercício de poder do soberano e acabar com os privilégios da aristocracia. O Estado Absoluto, governado por majestade inquestionável, passava a ser considerado abusivo e inaceitável para a nova sociedade de indivíduos autônomos, responsáveis e produtivos. Aqueles eram tempos de revolução burguesa, tempos de valorização dos indivíduos e de delimitação do poder do soberano.

De volta aos dias de hoje, ao pensar-se na questão dos direitos humanos, depara-se com uma desconcertante confusão: é em nome dos tais 'direitos da pessoa humana' que as grandes lideranças mundiais ocupam cidades e territórios espalhados pelo planeta e submetem populações inteiras ao jugo militar das tropas de defesa da soberania do Estado do Capital Financeiro Internacional, que tem um xerife mundial eleito 'democraticamente' pelas corporações econômicas mais poderosas, aquelas ligadas à fabricação de armas e à exploração de petróleo.

Mas, diante de todo esse desmando, o que fazer? Como enfrentar um inimigo tão poderoso e insano? Afinal, por onde começaria o combate a um sistema que está mundializado?

A tentativa de atacar diretamente o suposto centro

desse sistema só fez enfurecer a 'besta' e aumentou a violência e a arbitrariedade dos modos de fiscalização e controle. Serviu, também, como justificativa para as arbitrariedades dos aparatos policiais que, como nunca, infestam e ocupam o planeta sob o título de missões de 'Paz' ou de 'Reconstrução' dos países destruídos pela mão direita dos organismos internacionais de 'ajuda humanitária'.

Tempos de beco sem saída, esses dias em que se vive. Mas deve haver algo que se possa fazer, algo que dê vazão à indignação, sem que ela seja dopada e entorpecida pelo 'jornal das 8' ou pelo medo – de todo comprensivo – do estado policial vigente. Afinal, direitos humanos? Qual o sentido?³

Neste texto, busca-se pensar essas questões no campo específico das práticas psi, quer dizer, colocando em análise o que se faz sob o título de práticas técnicas, procura-se o modo de dar curso e expressão à indignação das pessoas que, de algum modo, estão relacionadas e afetadas pelo exercício da profissão de psicólogo.

O primeiro movimento aqui proposto é o de um deslocamento, ou melhor, uma refocalização do alvo. Tratar-se-ia, ao invés de atingir um dos órgãos vitais da besta capitalística⁴, de concentrar-se em atingir os pequenos vasos periféricos que, no final das contas, são os responsáveis por oxigenar o 'grande monstro'.

Neste momento, talvez haja alguma surpresa, pois ver-se-á que, na modernidade, são exatamente as práticas profissionais – dos mais variados tipos de saber técnico – que fazem o papel de oxigenadoras da máquina estatal mundializada.

São membros de famílias vizinhas que, bem treinados e tecnicamente preparados, compõem as forças de intervenção internacional. São, também, mãos conhecidas que operam as máquinas sofisticadas da rede internacional de comunicação que viabiliza tanto o sistema fi-

inanceiro internacional quanto a rede de satélites que fornece dados e coordenadas para os ataques e operações de ocupação.

Do mesmo modo, são inteligências técnicas bem preparadas que criam os modelos organizacionais baseados na fiscalização e controle; técnicas de trabalho supereficientes e supereficazes, que aceleram a produção à custa de 'mais lucro pelo mesmo pagamento', como também aperfeiçoam dispositivos de readequação afetiva e/ou comportamental à produção – seja por 'condicionamento' ou por 'sublimação'.

Assim, procedimentos e técnicas de ressocialização, dinâmicas de grupo potencializadoras de sinergia e máquinas de aprendizagem aperfeiçoadas são todos 'produtos' e 'resultados' da aplicação das práticas do saber psi e, ainda, todas as técnicas de identificação, triagem, seleção e interdição – seja por razões ditadas patológicas ou por desvios de conduta ou 'falha' no processo de socialização.

Articulado com outros campos, o saber psi está, também, por trás do planejamento, da construção, da preparação e da operação de cada um dos dispositivos que compõem e executam a 'missão' mundial de controle das populações.

Portanto, são sempre práticas individuais que, sem se dar conta de que órgãos da besta moderna estão oxigenando, alimentam as estruturas vitais do Estado Policial Internacional que domina os tempos de hoje em dia: seja dando treinamento a gerentes ou orientando crianças e adolescentes nas escolas de preparação dos novos profissionais, seja trabalhando para o desenvolvimento de organizações – não importando o que elas produzem – ou elaborando e aplicando testes que selecionam aqueles que mais se adaptam à lógica produtivista⁵ ou, ainda, intervindo para desarticular e redirecionar focos de conflito e tensão social ou formando, nas universidades, os profissionais que serão os encarregados de 'operar' o 'sistema'.



"Exagero", pensará o leitor. Afinal, a psicologia não está tão vinculada assim à dominação. Não pode ser assim tão pernicioso um conjunto de fazeres destinado, como se sabe, a 'ajudar as pessoas'. Insistindo para que sigam com a leitura um pouco mais, vale relembrar que se, por um lado, se se está, aqui, radicalizando a crítica – levando-a ao que pode parecer um 'exagero' – mantém-se, na outra mão, o objetivo de buscar alternativas. Em todo caso, que se examinem algumas situações a título de exemplos.

Uns poucos anos atrás, uma subcomissão de especialistas com a tarefa de analisar as respostas dadas nos 'provões' – testes nacionais que avaliavam os estudantes de psicologia recém-formados pelas universidades do país – deparou-se com um resultado curioso: as respostas dadas nas questões qualitativas se dividiam, por conta do modo de sua formulação, em duas partes. Na primeira parte, o profissional, diante da descrição de uma situação-problema, recomendava o procedimento técnico adequado a sua resolução ou melhoria. Na segunda parte da questão, o profissional deveria justificar teoricamente o procedimento recomendado.

Durante os trabalhos de avaliação das respostas, chamou a atenção o fato de que, para um alto grau de adequação técnica dos procedimentos recomendados, as análises mostrassem uma quase completa falta de consistência e coerência interna das justificativas teóricas oferecidas como suporte das medidas instrumentais adotadas.

Ao que parece, os profissionais que responderam às questões abertas do 'provão', apesar de tecnicamente bem treinados na escolha de opções instrumentais que poderiam ser seguidas em cada situação-problema, não tinham noção do porquê de suas próprias recomendações, ou seja, essas recomendações seriam feitas como que automaticamente, algo do tipo: em caso de se acender a luz roxa, acionar a alavanca 'B'.

Que problemas podem decorrer de um funcionamento técnico automatizado? Não seria isso um ponto a favor da eficiência desse tipo de funcionamento? Ou a presença de um funcionamento automatizado sugere ausência de análise crítica? A automatização de um procedimento sugere a adoção de medidas segundo uma adequação puramente instrumental, sem passar por considerações sobre os interesses que estariam sendo beneficiados e, ainda, sem uma análise crítica das circunstâncias históricas em que a prática técnica irá intervir.

Dito de modo mais claro, além de uma óbvia dissociação entre teoria e prática, os resultados encontrados na análise das respostas abertas do 'provão' são um forte indicativo de ausência de crítica política na escolha e utilização que os psicólogos fazem das técnicas que sabem manejar.

Mas que problema pode haver nisso, se já está claro que os psicólogos trabalham para ajudar as pessoas? Infelizmente, a psicologia não é um saber tão neutro e ingênuo como se insinua, nem as questões e problemas sociopsicológicos trazem etiquetas que permitam uma fácil identificação dos interesses em jogo. Ao contrário, a ausência de análise político-histórica é o primeiro requisito para que uma prática se torne aliada da dominação e de exercícios totalitários de poder⁶.

O ponto-chave é que, sem uma análise das circunstâncias históricas e do jogo de forças que constituem uma 'queixa' ou uma 'situação-problema', não há como se tomar posição em relação à dimensão política das questões e solicitações de intervenção técnico-profissional.

Afastado de uma análise política, o profissional psi se pensa autorizado e preparado para, por exemplo, lidar com todo e qualquer sofrimento – como se coubesse, em qualquer caso, uma via de resolução psicológica do sofrimento. O exemplo aqui não é casual. Bem a propósito da temática das desmesuras do poder e da defesa dos direitos humanos está a questão do sistema prisional. E como será que funcionam as práticas psi nesse campo?

As prisões são estruturas essencialmente totalitárias: a hora de comer; a hora de tomar sol – nem sempre asseguradas; a hora de dormir; de se banhar; onde e com quem dormir; o que vestir; por onde caminhar e, sobre-



tudo, a restrição do metro quadrado a ocupar. Dificilmente poder-se-ia pensar uma circunstância de tanto 'assujeitamento', de apagamento dos traços mais remotos da condição de 'sujeito' dos indivíduos. Nesse 'ambiente', escolha individual ou vontade própria são noções que não chegam a adquirir significado. Na prisão, de modo emblemático, a ação só adquire sentido enquanto ação coletiva. Aí, desaparece por completo o mito moderno do ato individual.

Tudo o que se faz individualmente, quando se é um 'interno', está inscrito direta e imediatamente na dinâmica institucional – formal ou informal – inclusive a tentativa de fuga, a execução de outros membros por determinação de uma facção ou os serviços sexuais prestados e/ou cobrados. Qualquer atividade ganha aqui, imediatamente, uma funcionalidade: converter-se a uma certa religião ou ser recrutado por uma falange organizada, ainda que em direções aparentemente opostas, compartilham o estatuto de procedimento de sobrevivência do indivíduo, como o tudo mais, pois sobreviver até 'escapar' – de um modo ou de outro – é o máximo a 'desejar'.

Pois bem, em alguns presídios, uma das atividades que podem contar para a redução da pena – e que tem, portanto, alto valor na lógica prisional da sobrevivência – é, ao lado das oficinas de trabalho e atividades esportivas ou culturais, a freqüência a uma psicoterapia.

Entretanto, psicólogos indagados sobre o que acreditam estar fazendo quando atendem alguém que está completamente distanciado e interditado de qualquer 'exercício de vontade' – requisito que se reputaria mínimo para o estabelecimento de uma relação que se possa pretender 'terapêutica' – respondem, entre outros, com o seguinte argumento: "Todo ser humano tem o direito pelo menos à escuta, afinal, por que se negaria ajuda psicológica diante de tão grave sofrimento?"

Misto de ingenuidade e onipotência, a validação automática do procedimento técnico não leva em conta a circunstância específica, por se pensar solução universal. Chega mesmo a parecer, ao profissional psi, um absurdo que se levante esse tipo de questão. Parece não lhe vir em mente que alguém que esteja com os direitos cassados e submetido às condições de encarceramento possa ter reações 'peculiares' a esquemas que seriam corriqueiros em condições 'normais'.

Tome-se a situação de uma primeira entrevista. Retirado de sua cela sem aviso prévio, na hora que melhor calhar para o terapeuta ou para o corpo de vigilância; ocupado em se perguntar a quantas anda seu grau de risco em meio à complexa rede de jogos de poder que caracteriza o ambiente prisional, o 'interno' ouve a sentença clás-

sica: "Bom dia, muito prazer, em que posso te ajudar?"

Sarcasmo ou ironia? Ou irá o tal sujeito propor um plano de fuga? Única coisa que poderia de fato interessar. Não, não. No máximo, contará pontos para a audiência de 'progressão de regime'. É..., deve-se tratá-lo como ao pastor.

Sem pretender, aqui, aprofundar a questão da efetividade do dispositivo terapêutico em situação de encarceramento, ou seja, em situação de suspensão dos direitos, já seria suficiente perguntar por que é mais fácil ao profissional psi acreditar na onipotência do seu saber técnico, ao invés de simplesmente responder a encomendas desse tipo com um posicionamento que se poderia nomear de antiprisonal. Afinal, não faltam análises no campo de saber das ciências humanas apontando as afinidades entre a estrutura manicomial e a prisional, não faltam também tradição e organização em torno da luta antimanicomial.

Por outro lado, já existem movimentos neoabolicionistas de âmbito internacional que defendem solidamente o fim do encarceramento como política penal. Análises sócio-históricas do sistema prisional mostram o claro caráter de encarceramento da miséria⁷ – miséria produzida pela organização capitalística da sociedade. Por que, então, não se veria o profissional psi engajado em uma luta antiprisonal? Ou estaria à espera de convite?

Como já foi dito, sem que seja mesmo o caso de aprofundar o debate sobre as possibilidades de psicoterapia em situação de suspensão de direitos, bastaria uma rápida e quase óbvia generalização da crítica política ao papel do saber técnico psi nos manicômios para que se adotasse, no campo das práticas profissionais psi, a luta antiprisonal. Contudo, a falta de hábito de crítica política impede os profissionais psicólogos de efetivar um movimento tão simples sem dificuldades.

Por que o psicólogo se posiciona tão rápida e facilmente ao lado das instituições, por mais arcaicas que estas sejam? Afinal, como se viu, a gênese histórica da luta pelos direitos fundamentais da pessoa começa exatamente por essa mudança de posição em relação à soberania instituída, mudança de posicionamento que os atuais documentos de governo sobre o SUS, por exemplo, caracterizam como orientado em defesa da soberania da sociedade.

Por paradoxal que isso seja, não seria de se esperar que o psicólogo fosse o primeiro a fazer esse movimento?

Antes de finalizar, vale ressaltar que, se o exemplo do contexto prisional torna mais fácil a visualização das contradições, o funcionamento de pronta adoção das encomendas institucionais se repete em organizações as mais variadas, onde quer que estas se apresentem aos psicólogos: escolas, organizações de produção e pres-

tação de serviços e também no novíssimo campo do 'empreendedorismo social'.

As ações agenciadas pelo movimento do 'banco social de serviços' não devem ser vistas como menos problemáticas. Em recente reunião de psicólogos organizada por um dos regionais, podiam-se ouvir falas ansiosas por ajudar juízes com laudos atestando o grau de periculosidade de menores infratores e diretores de escolas públicas com diagnósticos, explicando os fatores individuais ligados a 'necessidades especiais' ou a histórias familiares capazes de justificar os índices de fracasso escolar.

A menos que se pretenda uma versão só compreensível para 'iniciados' acerca dos objetivos e efeitos do 'banco social de serviços', seria, talvez, recomendável levar em conta que a iniciativa pode ser vista como uma tática de prospecção de novos mercados em tempos de saturação de profissionais, por conta da torrente de novos cursos de todos os matizes e para todos os gostos que a negociata da privatização do ensino superior tem produzido no país.

Ora, aceitando-se a plausibilidade da análise acima, poder-se-ia questionar se os modos de engajamento dos profissionais em situação de instabilidade não seriam um claro caso de indisfarçável produção de demanda.

Na ponta da formação de novos profissionais, nas salas de aula de psicologia, tem sido difícil encontrar espaço para análises políticas das circunstâncias de produção e formalização das encomendas dirigidas ao profissional psi. A tendência de valorização de uma formação eminentemente técnica que, mesmo nas universidades públicas, vem ganhando espaço, potencializa o viés. Formado para o mercado, o profissional psi se acha automaticamente preparado para funcionar sempre que acionado.

Quem sabe, depois do que já se avançou na defesa e cuidado da profissão, seja, talvez, bem-vindo algo de atenção para com os interesses 'não representados' da população, a começar, quem sabe, pelo humano direito a especialismos que se 'controlem' e 'interroguem' sobre a política que objetivam.

Para finalizar o abuso da paciência do leitor, esperando que não tenha sido um exercício vão, relembra-se a tematização de final de ano na mídia em torno da Guerrilha do Araguaia – com o episódio de documentos 'secretos' produzidos por organismos de inteligência militar e datados de 1964 a 1994, queimados na base aérea de Salvador – que colocava a questão do caráter ainda relativo da experiência de democracia no Brasil. Talvez seja oportuno lembrar os engajamentos de profissionais psi na colaboração com o



golpe militar, inclusive em processos de tortura e delação.

Sem que seja necessário o arcaísmo de uma militância partidária em prol de uma revolução estrutural de abrangência universal, descobre-se que há muito ao alcance da ação cotidiana local. Basta procurar tenazmente o fascismo nos comodismos e conveniências nossos de cada dia. E isso, sem que seja nem mesmo preciso um elaborado exercício de 'introspecção'. É só seguir a máxima grega do "conhece a ti mesmo", em sua versão clássica, não psicolologizada: faze atenção a tua posição na rede social e aos efeitos dos teus atos. □

(*) Professor-adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), grupo de Psicologia Social e Institucional; membro fundador da Comissão de Direitos Humanos da UFS.

¹Recomenda-se a leitura ao som de 'The Wall' de Pink Floyd.

²FOUCAULT, M. (1977) Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes.

³MENDONÇA FILHO, M. (2004) Educação, violência e polícia: direitos humanos? Salvador/Aracaju: EDUFBA/UFS.

⁴Referente à lógica do capitalismo marcando as relações para além da propriedade privada dos meios de produção. GUATTARI, F. (1992) Caosmose - um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34.

⁵KURZ, R. (1999) O Colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

⁶FOUCAULT, M. (1999) Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes.

⁷WACQUANT, L. (2001) As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar.

Direitos humanos, uma história de vida

Míriam Caiafa Amorim Farias (*)

Costumo dizer que a temática direitos humanos entrou em minha vida antes mesmo de eu nascer. Meus pais militam e trabalham por essa causa pelo menos desde o tempo em que eram estudantes de direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na década de 60. Participavam de movimentos estudantis na época do golpe de 64, o que custou ao meu pai a prisão, quando ficou por 18 dias incomunicável, passando por torturas e humilhações e, como ele mesmo diz, só escapou "por sorte". E eu acrescentaria: com a 'mãozinha' da Maçonaria. Já minha mãe teve que viver por um ano e meio na clandestinidade para não ser presa. Ficou por todo esse período sem qualquer contato com a família. Até hoje, não consigo imaginar o que foi a vida deles nesse período, por mais que escute suas histórias.

Nasci no início da década de 70, quando retornavam da clandestinidade. Talvez, pelos prejuízos que só quem passa por determinadas situações pode dimensionar, nunca quis militar em nada. Nunca quis participar ativamente de qualquer atividade política. E ainda escolhi cursar psicologia porque não conseguia ver, nessa profissão, qualquer aproximação com política. Queria estar distante dos riscos e sacrifícios que uma atuação política impõe. Por muito tempo, resisti a essa ideia e a essa prática. Entretanto, ser criada num contexto sócio-familiar no qual o trabalho com os direitos humanos e o combate ao abismo das desigualdades constituem-se como valores, deixou fortes marcas internalizadas que falaram mais alto e ajudaram a redesenhar minhas escolhas. Inocência perdida, cá estou hoje, no Conselho Regional de Psicologia – instância política de nossa profissão – à frente da Comissão de Direitos Humanos.

Considero meu percurso um pouco diferente do de outros colegas militantes, porque nunca fui de movimento estudantil, nem de sindicato e nem mesmo escolhi trabalhar com psicologia social. Na psicologia, encantei-me com a clínica, pela lógica do caso a caso, do um a um. Escolhi trabalhar, tão logo me formei, na área hospitalar e em consultório particular.

No hospital, trabalha-se muito com a temática da morte – com o convívio diário e de perto com a morte; a morte do outro, a todo e a qualquer momento. Isso é fator gerador de angústia em todo o contexto hospitalar, pois que nos remete ao pensamento de nossa própria mortalidade, além das identificações com várias histórias de pacientes e famílias que ali se encon-

tram. Então, essa angústia não é apenas dos pacientes e familiares, para quem aquele momento é passageiro em suas vidas, mas também dos profissionais, para os quais esse ambiente é permanente. Entretanto, apesar de toda a possibilidade de trabalhar a questão da subjetividade num contexto hospitalar, encontramos situações de verdadeiros excessos 'desnecessários' que, mesmo que motivados por questões subjetivas, psíquicas, passam a configurar-se como atos de violência ao outro e consequentes violações aos direitos humanos; é preciso estar atento a isso e considerar a necessidade de um outro tipo de intervenção



– não apenas clínica – pois que se apresentam como urgências institucionais que o tempo da clínica não consegue alcançar, porque, afinal, o tempo da clínica difere do tempo institucional.

Vemos, com muita freqüência, questões subjetivas serem transformadas em práticas institucionais. Percebemos isso claramente, por exemplo, no estabelecimento do tempo de cinco minutos para visitas, recorrente até pouco tempo, em vários CTIs. Investiguei, à época de minha especialização em psicologia hospitalar, junto aos coordenadores desses centros de tratamento intensivo, o motivo que determinaria tal rotina e as respostas foram tantas quantos eram os sujeitos entrevistados, ou seja, não havia uma razão objetiva que determinasse tal conduta, já superada por outras instituições que consideravam o contato do paciente com seus familiares e amigos um importante aspecto do tratamento.

Ao mesmo tempo, acompanhávamos o sofrimento tanto dos pacientes quanto de seus familiares, sendo que, algumas vezes, pequenas alterações na rotina institucional poderiam atenuar muito esse sofrimento.

Enfim, quanto mais testemunhava situações de sofrimentos desnecessários na instituição hospitalar, porque provocados pela instituição e suas rotinas, mais amadurecia a idéia de que não podíamos – e penso que isso se trata de uma questão ética – em nome de nossa subjetividade, agir sem limites no estabelecimento de nossas relações sociais em qualquer nível: familiar, profissional, institucional, com pessoas amigas ou desconhecidas etc.

Freud (1930) já nos chamava a atenção para isso quando apontava como necessária certa renúncia às nossas satisfações pulsionais para o convívio em comunidade, para o desenvolvimento e a manutenção da civilização.

Penso que esse é o limite – o limite do imperativo social – que aproxima a psicologia dos direitos humanos. Permanece a lógica do um a um, mas essa não pode ser utilizada como instrumento de opressão ou de violação de direitos. Isso se impõe para a vida em comunidade.

Em 1999, recebi um convite para trabalhar na Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, cujo trabalho já acompanhava há algum tempo. Esse órgão foi criado em junho de 1993, como uma iniciativa pioneira de âmbito governamental, após quase uma década de governo civil. Seu objetivo era o combate a toda forma de violação de direitos humanos e tinha como perspectiva o estabelecimento de ações em parceria com setores da sociedade civil. Sua meta era fortalecer, junto à população, a consciência sobre direitos e práticas de cidadania como responsabilidade de todos, visando a uma sociedade mais justa, mais igualitária, na construção de uma cidade que se representasse verdadeiramente cidadã e cujo alicerce fosse a participação popular.

O trabalho na Coordenadoria era organizado através de frentes de trabalho temáticas que buscavam a efetivação da cidadania e dos direitos humanos – garantidos em lei – de segmentos sociais específicos e, para isso, contava com a par-

ticipação indispensável de profissionais do direito. Trabalhamos com cinco frentes: 1) Mulher e direitos humanos; 2) População de rua (moradores de rua e catadores de papel) e construção da identidade coletiva; 3) Saúde mental e cidadania; 4) Vilas, favelas e organização popular; 5) Violência policial e segurança pública.

Para cada uma dessas frentes, havia um profissional de referência responsável pela execução dos trabalhos, na articulação entre a população e a instituição e na identificação e proposição de políticas públicas de promoção de direitos. Além dos advogados, a equipe era composta, na época, por sociólogo, psicólogo, psiquiatra, assistente social, jornalista e estagiários de direito e serviço social, numa perspectiva de interdisciplinariedade em todas as suas ações, o que se tornou um diferencial para o serviço.

O trabalho de assessoria jurídica era realizado em pelo menos três níveis: 1) assessoria jurídica à instituição propriamente dita; 2) assessoramento às atividades das frentes de trabalho, com coletivização das demandas, reparação coletiva de direitos, orientação jurídica e formação política; e 3) atendimento e orientação jurídica à população.

Logo que entrei na Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania, integrei a equipe de atendimento jurídico, posteriormente batizada atendimento jurídico-social. O que pude identificar, com esse trabalho, é que, além das violações propriamente ditas, as pessoas adoecem – social ou psiquicamente – e recorrem também ao campo do direito para curar-se ou, muitas vezes, para manterem seus sintomas, e, saber ler esse adoecimento torna-se fundamental para os profissionais que trabalham na área jurídica, posto que implica diferenciar as intervenções no sentido da saúde ou da manutenção da doença e do sofrimento dos sujeitos.

Embora possamos reconhecer a interferência da subjetividade nas questões eminentemente jurídicas, esta se faz determinante quando se fala em direitos humanos: aparece, na maioria das vezes, como o último recurso para se solucionar um conflito (interpessoal ou intrapsíquico apenas) inadiministrável, até o momento, para o sujeito em questão.

O que posso dizer é que testemunhamos, com essa prática, um tensionamento necessário entre o universal e o particular, entre a coletividade e o indivíduo. As questões subjetivas se revelam no campo dos direitos humanos, assim como em outros variados campos. Nesse sentido, as possibilidades de trabalho para a psicologia têm-se mostrado cada vez mais diversas e vêm sendo descobertas, construídas e formalizadas a todo o momento por nós, psicólogos. Há que se ter, todavia, o compromisso ético com aquele que é por nós escutado em sua subjetividade, quer seja no consultório, na empresa, no hospital, na escola, na Coordenadoria de Direitos Humanos ou em qualquer outro local onde se proponha um trabalho de escuta. □

(*) Psicóloga; pós-graduada em psicologia hospitalar; pós-graduada em direitos humanos; mestrandona em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Nos hospitais públicos

Descuidos com crianças violentadas

Simone Rocha Gay (*) e Áderson Luiz Costa Junior (**)



Toda e qualquer forma de violência, independentemente de freqüência e intensidade, constitui um ato invasivo e produtor de prejuízos ao processo de desenvolvimento humano, tanto de indivíduos quanto de grupos sociais, incluindo as condições de qualidade de vida e estados de saúde e doença. O impacto da violência sobre o desenvolvimento da criança pode provocar alterações biopsicossociais, inclusive em termos de habilidades cognitivas, respostas emocionais e neuroendócrinas, além de interferir sobre atividades do dia a dia, desempenho escolar e motivação para o lazer, obrigando-a a adaptações bruscas e repentinas (Arcos, Uarac & Molina, 2003; Cicchetti & Rogosh, 2001; English, Marshall & Stewart, 2003).

Dados estatísticos apontam que, cada vez mais, constatam-se registros de admissões hospitalares cujos relatos profissionais e diagnósticos elaborados incluem casos que envolvem alguma forma de violência. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro [SES/RJ], episódios de violência contra a infância constituem o principal responsável pela morte de crianças a partir de 5 anos de idade (SES/RJ, 2001). Em 2001, nos Estados Unidos da América, um milhão de crianças foram vítimas de violência de variadas modalidades, levando duas mil delas ao óbito, sendo que a maioria tinha menos de 6 anos de idade (National Exchange Club Foundation, 2002).

Em termos de atendimento a crianças que sofreram violência sexual, embora se reconheça que nem sempre o hospital seja a primeira instituição a acolher a criança, uma vez que a

denúncia a órgãos policiais e conselhos tutelares pode ocorrer antes da busca por serviços de saúde, observa-se que, em algum momento, os casos mais graves, que requerem cuidados médicos especializados, passarão pelo hospital, sendo admitidos, provavelmente, em setores ou unidades de emergência. Nesse caso, observamos que os serviços de saúde, de modo geral, não estão habilitados a lidar com as implicações psicosociais da violência contra crianças, nem a proporcionar soluções eficientes e em curto espaço de tempo.

No tocante ao atendimento direcionado às crianças violentadas sexualmente, entre algumas das dificuldades encontradas no ambiente hospitalar, podemos destacar: (a) a falta de fluxo ou rotinas definidas de atendimento a essa problemática; (b) a necessidade de rapidez no atendimento poder dificultar o diagnóstico; (c) o receio do profissional de saúde diante das implicações legais; (d) o desconhecimento dos profissionais sobre aspectos legais da violência sexual; (e) a impessoalidade no atendimento emergencial, dificultando o estabelecimento de boas relações profissional-paciente-família e (f) a carência de equipes que atuem de modo interdisciplinar, conforme preconizado pelas áreas da psicologia da saúde e psicologia pediátrica (Sebastiani, 2000; Barros, 1999). Em suma, o que se observa é que fatores emocionais e situacionais alteram as condições de trabalho de profissionais de saúde, especialmente aqueles lotados em unidades ou setores de emergência hospitalar.

Por outro lado, o delineamento das consequências da violência sexual inclui a análise de uma série de fatores que con-

tribuem para que cada criança vivencie essa experiência adversa de uma determinada forma, de acordo com variáveis pessoais e contextuais (Mattos, 2002). Seqüelas físicas e seqüelas psicológicas da violência sexual também dependerão de variáveis relacionadas ao *setting* médico, à habilidade, experiência, percepção e conhecimento técnico dos profissionais de saúde que atendem a criança. Uma solução no sentido de amenizar as dificuldades de atendimento requer a disponibilização de treinamento e apoio formal aos profissionais de saúde e de educação que lidam com a violência sexual.

Após uma revisão de literatura sobre a temática da violência sexual contra crianças e do desenvolvimento de um estudo descritivo sobre a atuação dos profissionais de saúde diante de situações que envolvem suspeita ou confirmação de violência sexual (Gay, 2004), podemos chamar a atenção para alguns cuidados que devem ser levados em consideração quando do atendimento a crianças violentadas sexualmente e seus familiares:

1. Proporcionar treinamento aos profissionais de saúde, de modo a facilitar a identificação de indicadores da violência: Alguns sintomas ou sinais, indicadores de que a criança foi vítima de violência sexual incluem elementos de caráter físico/anatômico, comportamental ou familiar. Entretanto, esses indicadores não podem ser analisados isoladamente, pois podem estar associados a outras variáveis de risco presentes no ambiente da criança e não constituem, necessariamente, indicadores exclusivos de ocorrência de violência sexual (Azevedo & Guerra, 1995). Embora não sejam, por si mesmos, definidores de violência sexual, devem ser percebidos como sinal de alerta para a possibilidade de violência sexual.

Os principais indicadores físicos, descritos em crianças vítimas de violência sexual, se referem aos seguintes elementos: dificuldades de caminhar, dificuldades para urinar, infecções urinárias, secreções vaginais ou penianas, controle reduzido dos esfíncteres, presença de doença sexualmente transmissível, vestuário rasgado ou com manchas de sangue, dor ou coceira na região genital ou na garganta (sinal de amigdalite gonocócica), além de edemas e sangramento da genitália externa, regiões vaginal e/ou anal (Deslandes, 1994; Herbert, 1987).

Entre os indicadores comportamentais de crianças que foram violentadas sexualmente, destacam-se: manifestação de vergonha excessiva, alternância de estados de humor (introversão/extroversão), comportamentos de fuga/esquiva do ambiente doméstico (especialmente se vítima de violência intrafamiliar), demonstração de interesse por temáticas sexuais e apropriação de terminologia não usual para sua faixa etária, masturbação freqüente, resistência à participação em atividades físicas e desportivas, relatos verbais de avanços sexuais por parte de adultos, resistência a se desvestir ou a ser desvestida, abandono escolar por motivos insubstinentes, utilização de vestuário inapropriado às condições climáticas e

fadiga freqüente (Deslandes, 1994; Bross, 1988; Freeman & Morris, 2001).

Destacamos que o profissional de saúde que mantém domínio desses indicadores estará mais apto a identificar crianças vítimas de violência sexual e a minimizar as chances de incorrer em erro ou omissão.

2. Cuidados específicos ao exame da criança violentada sexualmente: A primeira parte do exame clínico de uma criança que sofreu violência sexual inclui a obtenção de um nível de empatia/confiança recíproco, entre o(a) médico(a) e a criança, suficiente para o estabelecimento e manutenção de uma conversa inicial e amigável, geralmente sobre temática não relacionada ao evento violento, tal como escola, lazer ou outro assunto de caráter reforçador à criança (Rey, Chariot, Alvin & Werson, 1998).

A criança violentada sexualmente deve ser tratada com cuidado e simpatia e o exame deve ser realizado em todo o corpo, de modo a evitar que o foco de atenção seja a área genital isolada ou exclusivamente.

3. A atuação do psicólogo e de outros profissionais: Uma condição essencial em direção à crescente humanização do atendimento prestado a crianças vítimas de violência sexual é a existência de uma filosofia interdisciplinar de trabalho, considerando-se um grupo de profissionais, com formações diversas, no qual cada membro atua de maneira interdependente em um mesmo ambiente, nesse caso, no hospital, por meio de comunicações formais e informais e incluindo processos de tomada de decisão grupal (Chiatcone, 2000; Ogden, 1999).

A postura do profissional requer compreensão e sensibilidade. Denov (2003) e Dobke (2001), por exemplo, destacam que, para um melhor acolhimento, é essencial que o profissional demonstre que acredita no relato verbal da criança e que pode ajudá-la a superar eventuais medos. Proporcionar tranquilidade à criança, no sentido de evidenciar que ela não tem culpa sobre o episódio, e não julgar, previamente, a responsabilidade dos pais e familiares, são elementos indispensáveis à coleta imparcial de dados. Aqueles profissionais que expressam choque, minimizam os atos abusivos ou duvidam dos relatos da criança tendem a perder a confiança do paciente.

4. Prontidão para o atendimento: É importante realizar o atendimento psicossocial e emergencial logo que seja identificado um caso de suspeita ou confirmação de violência sexual no setor de emergência pediátrica, encaminhando a criança e





Diálogos



**Conselho
Federal de
Psicologia**

**Conselhos Regionais
de Psicologia**

www.pol.org.br